



4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA DO SALÁRIO MÍNIMO DE 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 3/2005 DO CONGRESSO NACIONAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDOS VISANDO APRESENTAR SUGESTÕES SOBRE POLÍTICA DE REAJUSTES PARA O SALÁRIO MÍNIMO DO PAÍS, REALIZADA NO DIA 25 DE JANEIRO DE 2006 ÀS 9 HORAS E 44 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo ato conjunto nº 03 de 2005, destinada a efetuar estudos visando apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário mínimo do país. Esclareço que a pauta dessa Reunião Administrativa se destina à apreciação da agenda de trabalho e, posteriormente, haverá audiência pública com o Ministro do Trabalho e do Emprego, Dr. Luiz Marinho. Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Jackson Barreto, eu queria, mais uma vez, insistir com os Senadores e Deputados que ainda não se deslocaram para a Comissão, que o façam. Já deu quórum. Nós estamos iniciando o debate dessa Comissão. Quero, mais uma vez, lembrar, e faço questão de lembrar, que essa Comissão era previsto iniciarmos com oito Deputados e oito Senadores. Houve um apelo das lideranças para que se ampliasse para 11 Deputados e 11 Senadores. E, me parece que aqueles que, principalmente, pediram para vir para a Comissão não estão vindo. [risos] E isto me preocupa. Uma Comissão importante como essa. O debate do salário mínimo está na sociedade. Hoje, o Ministro do Trabalho virá aqui para expor a proposta que o Governo construiu com as Centrais Sindicais e, também, vai apresentar a sua visão sobre uma política permanente de recuperação do salário mínimo que, no meu entendimento, é o principal objetivo desta Comissão para apresentar para a sociedade. Nós havíamos, na última reunião, combinado que hoje, depois de uma reunião que tivemos com o Presidente, Jackson Barreto e o nosso vice, Walter Barelli, nós apresentaríamos uma proposta de trabalho. Um organograma das reuniões, das audiências públicas, previsto em cinco Estados, dividido de forma a contemplar todas as regiões e quem seriam os convidados para as audiências públicas. Eu pediria para a assessoria, se pudesse encaminhar, se já não encaminharam para os Deputados e Senadores presentes, uma cópia da proposta que nós formulamos. Que fosse entregue, então, para os Deputados e Senadores e para ver se há discordância, ou não, com esse encaminhamento que a Mesa está apresentando. Repito, não é uma proposta do Relator, é uma proposta do Presidente, do Vice e do Relator. Nós reunimos, depois daquela reunião preliminar que tivemos e chegamos a esse entendimento, que esse seria um caminho para iniciarmos nossos trabalhos e, é uma Comissão, todos sabem, que vai trabalhar todo esse ano e vamos torcer para que até o fim do ano a gente tenha, então, uma proposta definitiva para apresentar ao Congresso Nacional, ao Executivo, à própria sociedade brasileira no seu conjunto, para evitarmos que nos anos futuros, independente de quem seja o Presidente da República, nós não tenhamos que discutir se o salário mínimo será 20 reais a mais ou 30 reais a mais do que a proposta ventilada por um setor da sociedade. Esse é o objetivo. Nós temos uma política de recuperação do salário mínimo, de forma permanente. E vamos enfrentar, esse também é o debate, eu faço questão de frisar a situação dos aposentados e pensionistas. Ontem, tivemos protestos em todo o país, mobilizações, que são muito positivas, em cima de que se aponte qual é a situação, também, que vão ficar os aposentados e pensionistas que ganham um pouco mais que o salário mínimo. Esse debate, também, a Comissão fará, com tranqüilidade, com equilíbrio, ouvindo o Ministro do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento e, naturalmente, da Previdência. Bom, vocês devem ter recebido aí o programa. Esse programa, ele é fruto do debate que nós realizamos aqui, com Deputados e Senadores.

Nós dividimos o país, num primeiro momento, em cinco regiões, a assessoria pode me ajudar aí. Iríamos a Curitiba, seria uma capital de uma região, São Paulo, região Sudeste. ...Isso... E depois... Exato... Exato... Seriam essas cinco capitais, que nós, num primeiro momento... Brasília... Campo Grande...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria Curitiba, Manaus, São Paulo, Salvador e Campo Grande. Isso não quer dizer que tenha que ser, exatamente, Campo Grande. Isso é uma proposta, que nós levantamos que, também, nós podemos chegar num entendimento. Alguém já levantou porque que não pega duas grandes cidades em cada região, e vai visitando. Eu, por exemplo, gostaria muito que fôssemos ao Rio Grande do Sul, também. Tem toda uma história lá, desse debate. Aqui, a Aracajú. De repente, podia ser, a Vanessa Grazziotin levantou muito a questão de ir a Belém do Pará e Manaus. A Serys levanta, agora, a questão de Cuiabá. Eu acho que se houvesse aqui um entendimento, eu estou querendo pegar em parte, aqui, o encaminhamento, depois o Presidente vai poder colocar em votação. Nós aprovaríamos essas cinco cidades listadas, sem prejuízo de apresentarmos mais cinco, mediante um grande entendimento, aqui no plenário. Podemos encaminhar, por aí, só para iniciarmos a reunião. O Presidente botará em votação, no momento adequado. Isso, nós levantamos essa possibilidade, também, Deputado Tarcísio, que está chegando agora, que, além daquelas cinco cidades levantadas, cinco capitais regionais, nós levantaríamos mais cinco. Eu, inclusive, gostaria que houvesse um debate no Rio Grande do Sul, sobre esse tema. E, você não estava aqui na abertura, agora, felizmente, está, que vem prestigiar a nossa reunião, eu acho que o grande debate dessa Comissão é a política permanente de recuperação do salário mínimo. Então, nós vamos fazer isso o mais amplo possível, ouvindo todos os setores. É muito bom que o Ministro do Trabalho venha hoje. Eu tive uma conversa, por telefone, com ele e ele disse que vai já dar a sua visão do que é que seria a política de recuperação permanente do valor do salário mínimo e, claro que nós devemos enfrentar também, eu tenho insistido nisso, a situação dos aposentados e pensionistas. Fazer o debate nessa construção, para ver onde é que nós podemos chegar. Então, o que nós queremos hoje, é aprovar esse programa de trabalho. Vocês estão recebendo aí uma agenda preliminar, onde nós estamos colocando, primeiro, o que vai acontecer hoje, que é a audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego, onde ele vai expor a proposta do Governo para esse ano e a sua visão de forma preliminar, também, porque esse debate vai pelo longo do ano, sobre a proposta de recuperação permanente do salário mínimo. Dia 31 de janeiro, que é a próxima terça-feira, audiência com entidades representativas dos trabalhadores. Botamos assim, porque entendemos que todas... Tudo aqui, ainda. Entendemos nós, e foi isso, uma contribuição do Presidente e do nosso Vice, ambos defenderam essa tese, seria importante nós ouvirmos, num primeiro momento, aqui nas audiências públicas, para depois nós irmos para os Estados, já com uma visão daqueles convidados que aqui estiveram. Como nós colocamos representativa dos trabalhadores, quer dizer que nós vamos convidar todas as Centrais Sindicais, todas. Nenhuma delas seria discriminada. Num único dia, nem que iniciasse pela manhã e terminássemos à tarde, mas todos seriam ouvidos, desde CAT, as duas Centrais que tem a sigla CGT, por exemplo, a última Central criada, que é o Fórum das Confederações, como também, as Centrais Sindicais, digamos, as outras Centrais Sindicais. Eu, pelo menos, e quero, claro, submeter ao plenário e conversar com o nosso Presidente e o Vice, não é nós que vamos definir qual a Central que tem mais peso ou menos peso. Sendo Central Sindical, todas serão convocadas para expor o seu ponto de vista, como também, a entidade dos aposentados. Bom, em seguida, no dia 31 de janeiro, se nós concordarmos, isso é importante aprovarmos hoje, que vamos ter que começar a fazer as convocações. O Presidente vai botar em votação no momento adequado. No dia sete, seria a audiência com as entidades representativas dos empregadores, seriam as confederações ligadas aos empregadores, dia 14 de fevereiro, seria na outra terça, aí, as entidades representativas dos aposentados e pensionistas. Eu tive uma conversa preliminar, ontem, com a COBAP, mas, sei que existem mais outras duas entidades de caráter nacional, dos aposentados. Então, nós convidaríamos, além da COBAP, que é a Confederação, as outras duas entidades, para fazerem aqui uma exposição de como é que eles estão vendo essa questão do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Isso para o dia 14 de fevereiro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): As duas entidades são as Centrais, são as vinculadas às Centrais?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exato... Foi isso que nós... Exatamente. Seria o Sindicato Nacional, ligado à Força Sindical, e o outro, à CUT, que são aqueles que estão, também, dialogando aí e a COBAP, naturalmente, por ser a grande Confederação que tenta, inclusive, unificar os aposentados, enfim, mas é um debate que eles farão no momento adequado. No dia 21 de fevereiro, a audiência seria com os pesquisadores foi lembrado o IPEA, Fundação Getúlio Vargas, enfim, aqueles que atuam nessa área. No dia 28...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não, não. O IPEA foi dado como exemplo. 28 de fevereiro, nós não tínhamos nada, vocês podem ver, que não tem nada, na outra terça, no dia 07 de março, seria a Frente Nacional dos Prefeitos e Confederação Nacional dos Municípios, para eles darem a visão das prefeituras. No dia 14 de março, também sugestão do nosso Presidente e do nosso Vice, seria importante que nós convidássemos o Ministro da Fazenda. Claro que nós, isso aqui não é um convite engessado, nós vamos convidá-lo, com esse período já lá para março, para ver se consegue agendar ou, uma data semelhante a essa vendo a possibilidade dele. No dia 21 de março, nós convidaríamos a OIT, para que a OIT desse uma visão internacional da questão do salário mínimo, no mundo....Uma audiência. Nós traríamos aqui, a OIT, para ela fazer uma exposição do salário mínimo, na visão da OIT, seria avisado com antecedência, poderia trazer alguns técnicos, e, até se a OIT resolver trazer algum convidado de um outro país, ela que traga, sem problema nenhum, porque nós, o Barelli levantou, Barelli, se permite, eu estou usando o nome de vocês dois, de vez em quando, depois, naturalmente, como vocês vão fazer, enfim, não uma exposição, mas colocarem o seu ponto de vista, a idéia, por exemplo, do salário mínimo no Mercosul, é importante que a gente saiba. Que essa Comissão trabalhe, também, com essa sugestão do Barelli, que é essa questão do Mercosul. Dia 28 de março, para mim essa audiência é muito importante, que é o Ministro da Previdência Social, para que, efetivamente, ele nos diga qual é a realidade da Previdência, fazemos aqui um bom debate e, também, aí estaremos situando a questão dos aposentados e pensionistas, que eu sei que preocupa a todos nós, não é uma preocupação somente do Relator, do Presidente ou do Vice, todos os membros da Comissão gostariam de achar um caminho que contemplasse a situação dos 22 milhões de aposentados e pensionistas. Na semana de 10 a 04, audiência na região do Sul, aí seria 10 a 04, seria, exatamente, aqui em Curitiba, porque já que foi a primeira proposta, ninguém discordou, com a possibilidade de retornarmos à Região Sul, num segundo momento, para o Rio Grande do Sul. 18 de abril, seria mais com o DIEESE e essas entidades vinculadas aos trabalhadores que atuam nessas pesquisas, especificamente, no dia 24 de abril, seria na região Sudeste, aí seria São Paulo, nós faríamos toda a programação, avisaríamos empregados, empregadores, aposentados, fazer um grande evento nessas regiões. A intenção nessas regiões, pessoal... Eu estou fazendo uma leitura geral, depois vocês podem anotar e ponderar, é para fazer um grande evento, mas, um evento propositivo, ninguém vai estar lá para fazer aquilo um debate muito mais político-partidário ou palanque. Nós vamos fazer um evento aberto, com movimento sindical, com aposentado, todos os partidos que quiserem, vão participar, naturalmente, e fazer um debate de altíssimo nível, da construção de uma política permanente do salário mínimo. Aqui também, sugestão da Mesa, no dia 02 de maio, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, poderíamos trazer eles aqui, se eu não me engano, foi, também, o Presidente e o Vice que colocaram essa proposta, não é, Barelli? Se eu não estou equivocado. Eu achei uma bela sugestão, para que eles, no campo legal, como é que eles estão vendo essa questão e eles fariam aqui uma exposição para nós. Dia 09 de maio, na região Centro-Oeste, Campo Grande, sem prejuízo, Senadora Serys, da possibilidade, que eu acho importante, também, de irmos à Cuiabá. 16 de maio, então, ficaria em aberto, eu acho que até bom mesmo, para uma discussão, talvez, da Comissão, ou outras agendas externas, 22 de maio, na região Centro-Oeste... Nordeste. Então, a audiência na região Nordeste, Salvador. O bom era botar até o nome da capital aqui, porque senão a gente fica procurando. 05 de junho, região Norte. 25 de junho.... Nordeste, 22 de maio.... O outro é 05 de junho, região Norte, Manaus. Aí, 13 de junho, fica em aberto, 20 de junho, é bom que fique em aberto

e, 26 junho, audiência com o Ministro... Centro-Oeste, Campo Grande, a Serys disse porque não, Cuiabá, só para lembrar... Eu acho que, agora, eu já fiz toda a leitura, foi mais uma leitura, nós vamos abrir para o plenário e também para a Mesa, para fazer os questionamentos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Não, mas a... IPEA, DIEESE, IBGE...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é que foi a idéia? Só para tentar agilizar o que a assessoria nos sugeriu, e nós colocamos aqui muito ouvindo a assessoria, porque, na hora que você convidar aqui a audiência, pesquisadores do IPEA, Fundação Getúlio Vargas, enfim, seria mais uma visão de intelectuais, numa visão mais institucional, e, nesse outro dia, nós convidaríamos DIEESE, DIAP, e, se eu não me engano, as próprias Centrais, também, têm alguns institutos. A própria CUT tem. Não tem? DIESET, DIESAP... Uma coisa assim. Esses, para dar uma visão, mais na visão dos trabalhadores e seus estudos técnicos. Então, seria duas...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Que, também, foi uma sugestão do CESIT.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria dois momentos de debate sobre essa área. Até porque, quando nós convidamos aqui IPEA, tem no mínimo aqui, foi falado muito de intelectuais, o mundo universitário, tu vai convidar uns cinco ou seis aqui, no mínimo, já estão aí pedindo para falar. E, nesse outro dia com o DIEESE, no mínimo, quatro entidades, mais o (?) dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Está faltando aqui, a Fundação Getúlio Vargas.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seria nesse dia, junto com o IPEA. IPEA foi só uma sinalização. Esse é o objetivo. Fundação Getúlio Vargas, IPEA, a UNICAMP, tudo foi, a UNB...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É, dia 04 de abril, que são as universidades. Pesquisadores de universidades públicas, dia 04 abril. Eu tenho USP, UNB e UNICAMP...

NÃO IDENTIFICADO #1 (17:14:2): Porque, eu entendo que nós estamos aprovando as Diretrizes Gerais. Seria possível, aqui, a gente sugerisse?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro. Agora, inicia o debate sobre essa...

NÃO IDENTIFICADO #1: Digamos, duas, três semanas antes no bloco de universitários de trazer um pesquisador A ou pesquisador B. Eu fico imaginando que isso seria possível. Da mesma forma, precisamos de representantes dos trabalhadores.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isto. Eu só vou sugerir o seguinte, eu acho que, pela importância dos eventos e das audiências que, o mais rápido possível, Deputados e Senadores apresentassem à Comissão sugestões, para que a gente pudesse começar a encaminhar os convites. Para mim, não há problema nenhum no sentido de ser o mais amplo possível o debate, que todos possam ser ouvidos. Então, seria importante que as sugestões das Universidades fossem encaminhadas à Mesa, como também, nesse mundo aqui sindical das assessorias e, também, das instituições como o IPEA e Fundação Getúlio Vargas e outros. Ok? Presidente, eu só fiz uma apresentação rápida, passo à Presidência para o nosso Deputado Jackson.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Eu queria, com a licença do Presidente...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Sugerir que, naquela audiência onde está prevista a presença do DIEESE, nós também convidássemos a Marcha Mundial de Mulheres, que tem uma campanha muito interessante pela elevação do salário mínimo, talvez, a mais estruturada, inclusive, e que, certamente poderia contribuir, de

forma muito interessante, para uma ponderação nessa área do que é que significa o salário mínimo enquanto um elemento de melhoria da renda das mulheres.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): A Marcha Mundial das Mulheres é aquele movimento do salário das domésticas?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Não, não, não, não. Esse aqui é um movimento mundial, na verdade... Pode ser a Nalu Farias, que é a que representa a marcha, aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Qual é o nome?

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Nalu Farias.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Assessoria está aqui, nos colocando o seguinte, que é preciso que essas sugestões de convidados, seja feito com antecedência, porque, no caso, se for... A Comissão disponibilizar de passagens, essas coisas têm que ser feitas com antecedência, então, é preciso que seja definida essa questão de... Tem a palavra a Deputada Clair.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Bom, eu estou vendo aqui que, a Região Sul, Curitiba, seria a primeira reunião, a primeira audiência nos Estados. A questão da mobilização, então, por exemplo, iriam os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também, para essa reunião da Região Sul, então, os Deputados aqui que estão participando dessa Comissão, eles teriam, então, assim, o dever, a responsabilidade de fazer a mobilização lá em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e os Deputados, então, que participam dessa Comissão poderiam sentar, fazer uma programação, de quem convidar e tal, porque, uma coisa é fazer uma reunião num Estado, então eu vou fazer lá em Curitiba, sei quem convidar e tal, mas, como é uma região que não abrange só o Estado do Paraná, mas o Sul, então, eu entendo que nós teríamos que, por exemplo, sentar Paim, Tarcísio, alguém de Santa Catarina aqui, para nós programarmos essa audiência pública, porque dia... Que dia que é aqui? Vai ser... Dia 10 de abril. Então nós teríamos que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Deputada Clair. Eu gostaria, até, de sugerir à Deputada Clair que a própria assessoria da Comissão poderá ajudar nesse trabalho de mobilização, desde que, essas pessoas, no Estado de Santa Catarina, do próprio Rio Grande do Sul, sejam seus nomes colocados à disposição, com endereço, para a própria assessoria da Comissão, no sentido de que ela contribua, que ela possa ajudar na mobilização dessas pessoas, e, até acho, que dava um caráter mais oficial da presença aí do convite.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Eu entendo que a assessoria pode ajudar, mas, eu acho que os Deputados, eles têm que programar...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Quais as entidades que vão estar presentes do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Definir o perfil da audiência.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Perfeito.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permite, Presidente, só para colaborar. Eu acho que está ficando um pouquinho embolado, esse é um termo que a gente usa muito lá, porque, se nós não decidimos se, efetivamente, vai ter mais cinco cidades, por exemplo, se vai ter uma no Rio Grande do Sul, efetivamente, não tem porque nós deslocarmos o pessoal do Rio Grande do Sul para lá, se vai ter uma em Cuiabá, a Serys, que conhece bem essa região, como ninguém, não tem porquê levarmos Cuiabá para lá, o mesmo caso de você, em relação à Belém, e Manaus. Eu acho que nós podíamos aqui deliberar, se assim vocês concordarem, que vamos ter outras cinco cidades nas regiões e nós vamos decidir. Quem está aqui decide. Só que, vamos fazer depois, então, não precisa o Rio Grande do Sul deslocar para lá, agora, Santa Catarina e Paraná, então, ficam responsáveis para organizar essa primeira reunião, pela

importância que é, e, se vocês concordarem, nós poderíamos até listar aqui, já, as cidades. Uma outra... Região Sul, Porto Alegre, ficaria decidido. Norte, Pará, Belém. Fica decidido. O Rio de Janeiro, fica decidido. Cuiabá fica decidido e a sua...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): E Aracajú.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E Aracajú. Matamos aí? Feito. Então assessoria aí...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu gostaria de fazer um apelo aos companheiros, Deputados e Deputadas, para falar próximo ao microfone, a assessoria está comunicando que está com dificuldade de gravar a palavra dos Deputados, para se aproximar mais do microfone. Com a palavra, a Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu gostaria, Sr. Presidente, eu não tenho exatamente o nome, para... Eu já apresentei o nome do Dr. Márcio Pochmann, que eu acho que é uma pessoa que tem um estudo, enfim... Mas, não tenho exatamente outro nome, mas, há duas revistas, de circulação nacional, Revista Princípios e Revista Debate Sindical, V.Exa. deve conhecer, não sei se os demais parlamentares conhecem... Isso aqui está desligando sozinho. E que têm um trabalho muito interessante de estudos sobre a questão de renda, no país, não só renda, mas, salários, remuneração, enfim, salário mínimo, inclusive. Então, eu gostaria apenas de sugerir um representante dessa, desse... São pessoas ligadas à corrente sindical classista, estudiosos, pessoas que se dedicam a isso. Então, que fosse aberto um espaço, e eu trago o nome posteriormente. Isso seria uma questão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aonde é que ele entraria? Só para nós nos organizarmos aqui.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acho que poderia entrar, não sei... Aqui, pesquisa, universidade, academia, não sei... Por aí.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Junto com o DIEESE...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Mas, eu trago, hoje mesmo, à tarde, eu envio.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ficaria junto com o DIEESE...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O DIAP, talvez, DIEESE que ficará junto com o DIAP.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sobre as audiências, as audiências públicas. Eu vejo essas audiências de fundamental importância. Eu acho que nós precisamos sair dessas quatro paredes do Congresso Nacional e ir até a população, eu tenho uma expectativa muito positiva, não digo de mobilização de trabalhadores em si, mas, de entidades que, dificilmente, nós poderíamos trazê-las até aqui. Quando nós fazemos mobilização até Brasília, o que vem? São os representantes das Centrais Sindicais nos Estados, e pára por aí. Nos Estados, não nós vamos poder mobilizar o Sindicato dos Professores, o Sindicato dos Metalúrgicos, dos Plásticos, absolutamente, os Comerciantes, todos, e, além de que, nós estaríamos mostrando a dedicação e a preocupação do Congresso Nacional com essa matéria. Eu não sei qual é... Pelo calendário aqui, proposto pelos senhores, a gente iria até, mais ou menos, o mês de junho, mas, eu questiono, se a idéia é acabar a Comissão aí, ou aí dar uma parada nela, e retomar, que eu acho que já respondo à sinalização e já trabalho com ela aqui. Sinalização unânime, vamos continuar, e aí eu acho que essa segunda etapa de debates é muito importante, é muito importante para envolver um número maior, e, quero aproveitar, também, sugerir que, não sei se já foi feito algum encaminhamento, mas, que fosse solicitado da consultoria, da assessoria da Comissão, que fizesse um levantamento de todos os Projetos de Leis que tramitam na Casa e que tratem sobre a matéria e, se o nobre Relator e o Presidente concordarem, eu sugeriria que fosse criado, desde já, uma Sub-Comissão para já, junto com a consultoria, trabalhar essas matérias. Eu gostaria, enormemente, de trabalhar esse aspecto da pesquisa, de ver o que tem de

material tramitando na Casa e a gente já ir produzindo, jogando ao debate. Então, não sei se seria o caso...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero informar para a Deputada, que esse levantamento já foi feito pela assessoria, já temos aí, está tudo pronto. Tudo que está tramitando na Casa, a respeito do salário mínimo, a assessoria já fez o levantamento.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Então, a gente pode ter acesso a isso tudo, sem problema, e lembrar que, na semana passada, o Deputado Barelli divulgou aquele livro importante, eu sei que está no *site* já. Já fui atrás, nós descobrimos que aquele livro, que foi fruto de um seminário na UNICAMP, já tem disponibilizado na Internet. Mas, seria importante se o senhor tivesse condições de repassar a nós, às nossas assessorias, para nos ajudar, também, nesse trabalho e, Sr. Presidente, eu quero aproveitar essa oportunidade para falar do dia de ontem, eu acho que o dia de ontem foi um dia importante para o Brasil, apesar de a Imprensa não ver exatamente assim, nós votamos, ontem, no Plenário da Casa, o FUNDEB, umas materiazinhas pequenininhas, de canto de página. Olha, isso não chega a ser uma revolução no campo educacional, mas, que é um passo, um avanço significativo, não há dúvida quanto a isso, um fundo que vai valorizar, enormemente, não resolver todos os problemas, nós estamos longe de resolver os problemas do país, mas que vai valorizar, enormemente, melhorar a qualidade do ensino do país, mas, além disso, nós tivemos o anúncio do salário mínimo, ontem, uma reunião, primeiro com os líderes do Governo, o Presidente reuniu-se e, em seguida, com todas as Centrais Sindicais, sem qualquer exceção, e foi anunciado o acordo do salário mínimo de 350 reais, mais o reajuste da tabela de Imposto de Renda, que acabou ficando vinculado, por uma reivindicação das próprias Centrais Sindicais. Acho que esse, também, foi um passo importante, um passo muito importante e, na minha opinião, dá muita força, valoriza muito o objetivo dessa nossa Comissão Especial, porque, vai chegando... As pessoas, o próprio Governo vai chegando à conclusão de que é necessário, sim, ter no país uma política de recomposição do poder aquisitivo do trabalhador, e, essa política passa, necessariamente, pela recomposição do poder de compra do próprio salário mínimo, que não chega a ser um indexador oficial, já foi, num período não muito distante, hoje não pode mais ser um indexador, mas, ele, na prática, acaba sendo, porque os trabalhadores são contratados assim, sejam eles formais ou não, mais ou menos, pela quantidade do salário mínimo. Acho o que anúncio de ontem foi importante, tivemos o maior, não apenas um reajuste que é o que se tem, normalmente, tivemos um ganho real, em torno de 12 e pouco, 13%, o maior dos últimos 20 anos, isso é importante. Agora, será que todo o ano vai ser isso, todo o ano essa mobilização? Então, acho que nós devemos aproveitar, nós da Comissão, esse momento importante, esse momento em que o país reconhece, os prefeitos ainda tentaram fazer uma mobilização na contramão, mas, não deu muito certo, essa mobilização nacional pela recuperação do valor do salário mínimo para sensibilizar a sociedade, sensibilizar o Governo para que essa Comissão tenha resultado, tenha frutos concretos, objetivos. O debate é muito bom, as audiências, Senadora Serys, serão interessantíssimas, as que serão realizadas aqui, nas regiões, mas, nós vamos produzir alguma coisa daqui e nós queremos que essa produção não fique nas gavetas. Então, eu acho que essa mobilização, esse processo de mobilização nós temos que fazer, juntamente, com a discussão da matéria em si e aproveitar, conforme eu disse, esse momento importante de mobilização social, de reconhecimento da necessidade de recomposição do salário mínimo, por parte do Governo, para que a gente possa fazer andar e dar mais visibilidade a esse trabalho que a gente está desenvolvendo aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu, antes de passar a palavra ao Deputado Walter Barelli, eu quero informar a Deputada Vanessa Grazziotin, que a Comissão já solicitou não apenas ao Ministério do Trabalho, mas, à própria UNICAMP, o livro, para que fosse distribuído para todos os companheiros aqui da Comissão. Com a palavra, o Deputado Walter Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Primeiro, com relação ao livro, à medida que o livro for sendo disponível para todos, só tem o Sr.

Presidente, parece que foi encaminhado, também, aos gabinetes, no passado. Certo? Foi encaminhado... Verificar se esse livro não chegou nos gabinetes. Eu recebi no meu gabinete. Da UNICAMP. Agora, algumas pessoas que estão sendo citadas, estão nesse livro, a Vanessa falou do Márcio Pochmann, aqui nós temos, duas ou três, intervenções sobre a questão da Previdência, que é importantíssima. São as pessoas que fizeram os estudos que viabilizam resolver o problema todo nosso da Seguridade Social, também é uma fonte de elementos para a própria Comissão sugerir nomes. Agora, na reunião que nós discutimos preliminarmente esse cronograma, eu agora me passa pela memória, que nós esquecemos de uma entidade importante, porque, a questão da desnutrição do povo brasileiro, dos baixos salários, gerou uma série de respostas que não foram a resposta salarial. Se o salário mínimo não tivesse caído tanto, você não precisaria da Bolsa Família. Mas, então, o que foi feito? Na falta de buscar saídas para isso, foram criados vários outros instrumentos. Agora, quem está trabalhando no sentido de definir um padrão alimentar para a população brasileira é o CONSEA, o Conselho de Segurança Alimentar, é tarefa deles, eles já fizeram duas conferências nacionais. É um conselho, o único, que a maioria é da população civil, não é de Governo, então... E tem representação de todas essas regiões, então, eu sugiro ao Relator, foi uma... Poderia ter sugerido ontem, mas, eu sugiro a gente também trazer o CONSEA, porque ele está trabalhando, exatamente, quase fazendo o roteiro que foi feito quando da definição daquele Decreto Lei 399, que fazia a chamada ração essencial mínima, ele está tentando verificar, de acordo com os hábitos, as necessidades e a cultura de cada região, como que deve ser a alimentação do brasileiro, trabalhando em intervenção nisso, desde o aumento da quantidade, como da qualidade dos alimentos, eu sou Secretário-Geral do CONSEA do Estado de São Paulo, que é presidido pelo Dom Mauro Morelli, que é uma personalidade que está dedicando, até renunciou à diocese para, só cuidar da questão do direito humano à alimentação, o salário mínimo tem muito a ver com a alimentação, nós recuperaríamos essas questões todas, também, numa audiência em que uma das partes seria o CONSEA.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que ninguém é contra a sugestão...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra à doutora Clair.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, os últimos dados aí do institutos de pesquisa, divulgados pela imprensa, demonstram a importância do salário mínimo e dos benefícios previdenciários para o Brasil, então, houve uma dinamização da economia, principalmente, no interior e, o principal elemento, que fez com que houvesse esse crescimento econômico, a dinamização da economia, foi, exatamente, o poder do salário mínimo e o recebimento dos benefícios previdenciários. Daí, a importância dessa Comissão. Eu acho que, a Vanessa já colocou aqui, que esse acordo, que definiu o salário mínimo de 350 reais e, ainda, para abril, eu acho que já foi uma conquista importante, então, cabe a nós, realmente, fazermos uma proposta de uma política permanente de recuperação do salário mínimo, porque eu acho que um dos problemas principais que nós vivemos no nosso país é a concentração de renda e, o salário mínimo é a principal política para que nós possamos, então, desconcentrar a renda e melhorar a vida de milhões de brasileiros que vivem com o salário mínimo, então, esse é o primeiro aspecto. Agora, eu acho que a nossa Comissão, ela tem que ter um papel interativo com a sociedade, já foi aqui definido que nós vamos fazer essas audiências públicas, mas, eu acho que agora nós estamos numa época onde a Internet, a televisão, têm um papel importante na sociedade, então, acho que nós poderíamos fazer, tipo uma campanha mesmo, então, fazer cartazes, nós termos um *site* da Comissão, para ter uma interação maior com a sociedade, para que a sociedade possa apresentar sugestões, acho que a TV Câmara, ela pode ter um papel importante na divulgação dessa Comissão, então, no chamamento...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E TV Senado.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): É, e Senado, desculpe. Então, eu acho que a TV Câmara e Senado podem jogar um papel importante de mobilização, porque é a construção de um projeto, e é importante que a sociedade

participe, então, além das audiências públicas, eu acho que nós deveríamos, então, jogar a rádio, também, o rádio também tem um papel importante, então, essa é a minha proposta aí para a Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Esse tema da publicização das ações da Comissão era uma preocupação minha, também, eu acho que a Dra. Clair colocou muito bem, esta necessidade de que isto, para colar nessa Casa aqui, tanto no Senado quanto na Câmara, tem que haver um processo de informação, um processo de, enfim, de institucionalização real desse trabalho. Já que nós estamos concluindo aqui a formatação do plano de trabalho, me ocorre que, nós temos algumas experiências estaduais de pisos salariais de uma política que é de uma, enfim, de uma política que se abriu aí, e eu acho que no ano de 1999, e que foi implementada por dois Estados há mais tempo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e, Paraná, também, anunciou, ontem, um piso salarial de 457, e eu acho que aí tem, inclusive, alguns parâmetros que têm sido utilizados, muito interessantes, no cálculo do valor do salário, desses pisos salariais, então, eu achava que aqui, Senador Paim, nós deveríamos incluir, nessas audiências, numa aqui ou, então, ter como centralidade, um espaço importante para este tema, nas regionais, o tema dos pisos, da experiência dos pisos regionais, porque, acho que é uma experiência já amadurecida em vários lugares, importante, enquanto um parâmetro de salários e, portanto, acho que valeria, efetivamente, que nós pudéssemos incorporar isso, também, Senador. Então, eu queria lhe deixar essa sugestão e, que este tema também pudesse ser incorporado neste grande apanhado, que se está buscando fazer, sobre o debate em torno do salário mínimo, de uma política de distribuição de renda.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Walter Barelli, eu estava ouvindo a voz do Senador Paulo Paim, aí descobri que eu estava na Comissão, eles estão colocando e, nem avisam para a gente, desculpa o atraso. Mas, eu queria, primeiro, fazer uma lembrança do que representa o Dr. Walter Barelli, nesta Comissão. Eu me lembro, Senador Paulo Paim, que, à época, o então, que foi Ministro do Trabalho, Amir Pazianotto, encontrei-me com ele no aeroporto e ele esperava o Almino Afonso, que voltava do exílio, então, estavam aquelas pré-movimentações de greve no ABC e, o Lula, Presidente do Sindicato, havia uma perspectiva de greve, que poderia trazer um transtorno muito grande, então, conversei comigo, no aeroporto, sobre o aumento salarial, o salário mínimo e, que se conseguisse dar um aumento efetivo e real, não só corrigir aquilo que dissesse respeito à inflação. Então, eu falei com o Ministro, à época, Ministro Delfim Netto, eu estou fazendo uma lembrança, porque isso é importante, talvez, para a gente até a dar importância dessa Comissão. Ele aceitou discutir e, aí, o Ministro marcou com ele ir levar, então, o Lula conosco na casa do Ministro, ele foi, e trocaram a primeira idéia de um aumento do real, não sei se ainda se fala aumento do real, mas, é o que todo mundo espera é o que salário mínimo não fique só numa correção, não vale só para uma correção, então eu estou lembrando, Dra. Clair, há mais de 20 anos, eu acho, que isto vai há uns 20 anos atrás. E, aí, a primeira pessoa que o Lula lembrou, foi Walter Barelli, Presidente, então, do Instituto de Pesquisa do DIEESE. Foi o senhor, foi o Presidente, que era do Partido Comunista, lá de Santos, de Cubatão e Arnaldo Gonçalves, os nomes, talvez, agora... Porque, eu estou lembrando do fato, e se começou, na terceira discussão, que se chegava a algum acordo e, melhor, alguém pôs no jornal que o Lula estava indo à casa do Ministro Delfim, aí, caiu por terra, veio aquelas greves, foi um problema terrível, e tal, mas, eu fico sempre com isso na cabeça, Senador Paim, quando V.Exa. vai 220 vezes na tribuna, para falar do salário mínimo, a cada vez, a história vem na minha memória, então, eu queria que... O Deputado Walter Barelli tem uma experiência enorme nessa parcela, a Dra. Clair colocou muito bem sobre o problema de propagar isto, e eu estive numa reunião da Federação das Indústrias, com um membro do IPEA, eu acho que é o IPEA, que faz a análise da distribuição, no campo social do Governo. Então, ficou aquela discussão que, qual é o melhor caminho da distribuição de renda. É Bolsa Família, é não sei o que, é salário à

pessoa idosa? Quer dizer, há uma discussão se corta ou não corta do entendimento da criança, em benefício do Bolsa Família, então, tem uma discussão que não é um comportamento, assim, vamos fazer o que a cabeça de alguém que manda queira fazer, não. Tem discussão para buscar o melhor caminho, e eu não sei se eu entendo bem ou não, mas, pelo que o Senador Paim fala e outros falam, acho que a melhor distribuição de renda é o salário mínimo, os outros caminhos são supletivos, eles complementam alguma coisa. Porque, ontem, uma repórter me pegou aqui, e eu fiquei até constrangido, doutor. Ela disse assim: "O que é que o senhor acha do salário mínimo trezentos e pouco, enquanto um preso gasta mais de oitocentos reais, o seu custeio na prisão?" Eu falei: "Bom, na FEBEM, é mais de mil e duzentos". Então, é claro que não são dados para comparar, porque, é difícil fazer comparação nesse sentido, mas, psicologicamente, é um efeito terrível para qualquer trabalhador, se o senhor disser assim, o senhor vai ganhar 350 reais, que eu sei que os municípios já estão até chiando, com isso aí. E diz assim: "Mas o preso gasta oitocentos, e vive numa pocilga, com um tratamento desumano, às vezes, em alguns presídios, mas, custa caro, porque, todo mundo terceirizou tudo, em presídio. Então, eu não estou querendo comparar, mas, eu estou achando que esta Comissão tem um valor inestimável, porque vai dar continuidade à discussão do melhor programa de distribuição de renda, no meu ponto de vista. Então, eu peço desculpa se não for casar com todos os senhores, mas, eu sinto a linha de conduta do Senador Paulo Paim e, a própria colocação do Dr. Walter Barelli, antes de ser parlamentar com a gente, aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator da nossa Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou tentar ser o mais objetivo possível, porque 11h, em ponto, o Ministro estará aqui conosco para debater a política de salário mínimo para esse ano, e, também, a sua visão da política permanente de recuperação do mínimo, que é a preocupação maior, no meu entendimento, desta Comissão. Eu queria encaminhar aqui o que nós, de forma resumida, colocamos no papel, o Presidente, depois, vai botar em votação, se houver qualquer discordância, cada um diga e, colabore com o encaminhamento. O que é que eu diria que nosso Presidente poderia já, no meu entendimento, na visão da Relatoria, colocar em votação? Que esse plano de trabalho, é um plano que seria o nosso eixo de discussão sobre o debate do salário mínimo. Algumas alterações na agenda, deve ficar bem claro, que poderão ser feitas a partir do momento que você faz os convites e que alguns não possam estar presentes, por exemplo, o Ministro, numa data ou outra. Então, não é uma agenda engessada que a Mesa tenha toda a liberdade de adequar, conforme agenda dos candidatos, dentro do possível, sendo o mais fiel possível, também, a esse encaminhamento. Dois, que eu não falei antes, eu iria propor aqui e, espero que vocês concordem, que as audiências nos Estados sejam segunda à tarde. Por quê?...

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Mas, Sr. Relator, das regiões Norte e Centro-Oeste está sendo proposto na terça-feira.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois é, é isso que eu estou colocando. Não está colocado aqui e, me veio aqui porque, quero, inclusive, ajudá-los. Vocês estarão nos Estados, então, fica mais fácil, por exemplo, vai ter a audiência, aí vou pegar o meu caso, Curitiba e Porto Alegre, para mim é muito mais fácil, segunda de manhã eu me deslocar para Curitiba ou ficar mesmo em Porto Alegre, já que eu estou lá, então, o que eu estou propondo, que as audiências nos Estados seja nas segundas à tarde. Bom, a consultoria já disse que o melhor seria mesmo nas sextas à tarde. O que é que vocês acham? Ou vamos até na terça, não tem problema nenhum, eu quero que seja o melhor para vocês. O que é que a assessoria pede que eu coloque para vocês, que eles têm que deslocar para o Estado um dia antes. Eles deslocariam, então, no domingo, para acompanhar na segunda, eles acham que é melhor se deslocar na quinta, para fazer o movimento, inclusive, com a imprensa e, talvez na sexta a tarde, nós fazermos o evento, mas, fica a critério de vocês, eu acho que é um problema, só... Vamos ter dez encontros regionais, que nós propusemos. Qual é o melhor dia, é terça mesmo? Pode ser terça? Então, vamos manter o original?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Às terças-feiras, tem as sessões do Congresso Nacional, e é obrigatória a nossa presença, aqui na Casa. Eu acho impossível essas audiências externas num dia de terça-feira, porque é um dia de trabalho normal, aqui na Casa.

NÃO IDENTIFICADO #2: Presidente, Jackson Barreto. Eu só devo lembrar aos Deputados que todo mundo já está em campanha nos seus Estados. Então, talvez, segunda-feira seja o dia mais adequado, porque você vai perder só um domingo, no máximo, de campanha, você vai domingo para o Estado onde vai ser a reunião, segunda-feira você faz. Quando não for no nosso Estado? Quando é nosso Estado, já dá tudo certo, então, é bom lembrar isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Segunda-feira, eu acho...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Podem ser nas segundas, à tarde. Nós vamos ter que adaptar aqui, com a Comissão. Ok? Vamos adaptar para os encontros regionais serem nas segundas, à tarde. Sugestão que foi colocada, o CONSEA, nós, então, convidaríamos, também, o CONSEA, para ser ouvido. E... E os Estados que têm piso. Aqui, também, eu coloquei. Os Estados que têm piso seriam convidados, também, a participar dos debates, no momento adequado. O que foi colocado, também, que eu percebi aqui, achei muito importante, foi da Deputada, Dra. Clair, a questão da divulgação, cartazes, *site*, internet, TV Câmara e TV Senado, Rádio Senado, enfim, toda a imprensa, dentro do possível, seria convidada a participar de uma grande campanha para valorização do salário mínimo, com a divulgação dos trabalhos da Comissão. É isso?

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sem me permite, eminente Relator.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode complementar já, aqui.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Eu sugeriria que a Casa, a assessoria da Casa, fizesse uma proposta de *folder*, de cartaz, de, assim, um chamamento popular mesmo, com *slogan*, uma coisa participativa, interativa com a sociedade. Seria essa a proposta.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que é possível, e a idéia é essa mesmo. Exatamente, exatamente. Ok? Esse, para mim, é o eixo da proposta original da Mesa e, com o enriquecimento que foi feito aqui, com os Deputados e Senadores. Se ninguém discorda, vou encaminhar ao Presidente, que faça a devida votação, sem deixar de ouvir o nosso Senador...

NÃO IDENTIFICADO #3 [53:02:6]: A questão só dos Estados que já tem salário mínimo regional, é que eu acredito que seja interessante que, já no início, nós tivéssemos, pudéssemos ouvi-los e já quais são os valores, eu estava perguntando a V.Exa. agora mesmo, quer dizer que são três Estados apenas, não é? Então, seria mais fácil...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O próprio Tarcísio Zimmermann, por exemplo, quando foi Ministro, Ministro... [risos] Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, implantou lá, o piso estadual. Eu acho que é interessante a proposta, então, nós vamos contemplar aqui, de forma tal, que a experiência dos Estados que têm piso regional, seja ouvido, com a maior brevidade possível. É isso? Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nós vamos colocar aqui para a nossa assessoria, a preocupação da proposta do Deputado à doutora Clair, no sentido de que se busque a assessoria de marketing aqui do Senado, para que se possa concretizar essa idéia de cartazes e todo esse trabalho de publicidade, no sentido de se divulgar, ao máximo, trabalho aqui da Comissão. Eu acho a idéia da doutora Clair, muito importante, muito interessante e quero, nesse momento, colocar a proposta da Comissão, que não é uma proposta da Presidência, mas, de todo o colegiado, em votação, com essas audiências e todas as sugestões que foram aqui colocadas, na manhã de hoje. Está em votação a proposta dos trabalhos da Comissão. Os senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só gostaria de lembrar, que os trabalhos da Comissão continuam, essa é só uma etapa, nós vamos continuar e, onze horas, em ponto, o Ministro estará aqui e que os Senadores (?) Permaneçam aqui. Nós não vamos interromper os trabalhos.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero fazer aqui um apelo aos companheiros, no sentido de que possa manter o quórum aqui da Comissão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registram a presença, e voltam, enquanto isso, nós continuamos o debate. E importante, até porque, nós estamos, nesse momento, em cadeia, ao vivo, com essa participação... Deputado... Se você tem alguma colocação, o senhor não faria uma colocação, nesse período, agora.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Como?

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu posso fazer uma outra colocação, preocupado com o tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra, ao Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria insistir, Deputados e Senadores, com um assunto, Deputada Vanessa Grazziotin, que está muito me preocupando, que essa Comissão vai ter que enfrentar o debate da situação dos aposentados e pensionistas. Eu tenho insistido com esse tema, embora, muitos acham que eu sou até persistente demais, que esse debate da situação do salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas não interessa somente aos 22 milhões de aposentados e pensionistas, interessa a todo trabalhador brasileiro, porque o trabalhador brasileiro de hoje, é o aposentado de amanhã e, se ele não tiver uma política que garanta o valor da sua aposentadoria, eu insisto com a tese, eu não dou oito anos, e podemos ir para os cálculos e vamos, todos estarão ganhando um salário mínimo. Trabalhadores do regime geral da Previdência. Então, aquele que se aposenta hoje, queiramos ou não, devido ao fator previdenciário, ele já se aposenta com 30% a menos daquilo que ele está recebendo na atividade. A mulher 30%, e o homem mais ou menos 25%. É bom lembrar que, quando você está na atividade na empresa, você tem vale-transporte, vale alimentação, participação nos lucros em inúmeras empresas, tem dissídio coletivo, que te dá aumentos reais, e você tem, ainda, ajudas outras pela produtividade, enfim, nas empresas. Quando você se aposenta, você passa a receber bem menos, pelo salário real, e ainda não tem nenhuma política que garanta que você vai ter, pelo menos, o mesmo poder de compra do ato da aposentadoria. Então, esse debate, o movimento sindical e essa comissão vai ter que enfrentar, nós temos que ter uma política, também, de valorização do benefício dos aposentados e pensionistas, e, é bom lembrar, pessoal, para alguns, parece que, quando a gente fala isso, que a gente está falando algo fora da realidade. Não é fora da realidade, eu vou mostrar aqui, no momento adequado, nos últimos 20 anos, inúmeras vezes, nós tivemos, sim, o mesmo percentual do reajuste para o aposentado e para o salário mínimo, inúmeras vezes, tivemos, inclusive, um aumento real maior para os aposentados que para o salário mínimo. Então, ninguém está inventando nada, fora de um quadro real, claro que essa Comissão, quando apontar esse caminho, vai apontar, também, as fontes de recursos. Nós não seremos irresponsáveis de dizer: "Dêem tanto de aumento real para os 22 milhões de aposentados e pensionistas", sem apontar a fonte de recurso. Então, esse é um debate que nós faremos, em parceria, cálculo eu, inclusive, com o Executivo, com o Ministério da Previdência. Eu me lembro, numa oportunidade, que nós concedemos 147% de reajuste. Isso foi em 1991. Foi... A inflação, mais ou menos, do mesmo nível, mas foi dito o seguinte, 147%, adeus, quebrou a Previdência. Não quebrou a Previdência, tivemos que ir ao Supremo para exigir o pagamento, na época, e, não aconteceu nada. Teve um outro momento, que nós demos 42.6 para o salário mínimo e, também, para os aposentados e pensionistas. Também, não quebrou a Previdência. Claro que a inflação acumulada ali deveria estar em torno de 40%. 6 de aumento real. O que eu quero dizer é que há caminhos, há instrumentos, que a gente pode fazer, de construção de uma política de recuperação do salário mínimo e dos benefícios dos

aposentados e pensionistas. Ontem, foi o dia nacional dos aposentados. Houve um movimento em todo o país, uma grande mobilização. No fim desse mês, em Aparecida do Norte, São Paulo, vai haver um encontro com mais de dez mil aposentados de todo o país. Qual é o debate? É esse: Como é que fica a política salarial dos aposentados e pensionistas? E, esse país, não dou 10 anos, ficará entre... Será o quinto país, do mundo, com a população mais idosa. O quinto país, do mundo. Se nós temos o Estatuto do Idoso, temos uma política de valorização da terceira idade, da melhor idade, como alguns dizem, como é que a gente não vai ter, também, uma política que mantenha o poder de compra, no momento que ele mais precisa. Porque, quando você vai envelhecendo, você gasta mais com remédio, queiramos ou não, devido à realidade ora provada, o idoso, hoje, tem muitas e muitas famílias, devido à realidade do próprio desemprego, que é um quadro real que está aí. Então, tem que haver esse debate. Eu quero insistir muito nessa tese de que, essa Comissão, além do reajuste do salário mínimo, debata também a questão dos aposentados e pensionistas, porque a gente fala em reajuste do salário mínimo, mas não fala. Se hoje for perguntado aos aposentados e pensionistas, "Qual será o reajuste de vocês? Será em junho? Será em maio? Será em primeiro de abril?" O salário mínimo, nós sabemos, será em primeiro de abril, mas, e os aposentados e pensionistas? Não sabem. Qual será o percentual? Será os 12,3% de aumento real, mais a inflação? Não será. Quanto será? Isso é algo que nós vamos discutir, também, aqui, com o nosso Ministro do Trabalho e o Ministro da Previdência. Eu acho, Deputados e Senadores, que é possível construir esse caminho, em parceria, Congresso Nacional e o Executivo. Entendo eu, que o Ministro Marinho e o Ministro da Previdência, também, estão preocupados com esse caso, com essa situação, e nós podemos construir uma saída, por isso que essa audiência de hoje é muito importante, como é importantíssima, eu chego até dizer, se nós pudermos, dentro dessa flexibilidade que a Comissão permitiu à Mesa, de nós convidarmos para uma audiência, num prazo que não seja muito longo, o Ministro da Previdência, para que ele faça, também, uma exposição real da situação da Previdência, hoje, no nosso país. Então, é isso que eu gostaria de colocar, que a gente também tenha como norte esta questão da situação dos aposentados e pensionistas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar o Senador Paim, ele que esteve conosco, num mandato na legislatura passada, na Câmara, nos brindava com esses pronunciamentos freqüentes que, infelizmente, agora, nós não temos tanto contato mais, por conta do Senador estar aqui no Senado, fazendo, exatamente, os mesmos pronunciamentos, travando, exatamente, a mesma luta, levantando a mesma bandeira. Então, eu quero cumprimentar V.Exa. pela persistência, porque eu acho que a persistência é a maior virtude do homem, e, essa luta, de fato, nós não começamos de agora, V.Exa. não fala disso de agora, há muito tempo se fala, desde o momento em que se desvinculou o reajuste dos aposentados do valor do salário mínimo. E, vai chegar um momento que, V.Exa. tem razão, vai chegar o momento em que estarão todos os aposentados, nivelados.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Nivelados por baixo.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Por baixo, no salário mínimo. Por baixo. Eu costumo dizer, eu não preciso ir longe de casa para pegar o exemplo, eu pego o exemplo do meu pai, que é um aposentado do INSS e, a cada ano que passa, como todos os aposentados e brasileiros, ele recebe um percentual salarial inferior ao nível do salário mínimo. Acho que nós... Eu senti, Deputado Paim, que no cronograma que nos foi apresentado, na programação, porque pela programação apresentada, a gente pode ter, mais ou menos, idéia de que caminho nós queremos seguir. Nós queremos seguir o caminho do debate de analisar o salário mínimo como um gasto, como um gasto público ou analisar o salário mínimo como um motor de desenvolvimento social? Como elemento fundamental no mundo do trabalho. É assim, ou queremos analisar o salário mínimo, do ponto de vista do gasto social? Se nós tivéssemos, ou se nós optássemos para debater o salário mínimo como um elemento

fundamental, importante, na questão do gasto público, certamente, nós teríamos aqui como convidados prioritários a Confederação dos Municípios do Brasil, que vê o problema e defende, como defendeu, efetivamente, e lutou para que o reajuste, para que o aumento não chegasse aos 350 reais, alegando que mais de mil prefeituras do Brasil não teria como cumprir a Lei da Responsabilidade Fiscal. Então, o desafio que nós temos pela frente, não é discutir ou diminuir a importância ou a necessidade de aumentar o poder de ganho dos trabalhadores. O que nós temos que discutir é, junto a esse debate do salário, como mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o trabalhador que ganha trezentos reais, ele vai usar todo o dinheiro no consumo, ele vai colocar o dinheiro na... Ele vai jogar o dinheiro no mercado, esse dinheiro volta para os cofres públicos, volta na forma de ICMS, principalmente, a mercadoria que ele compra mais, a mercadoria que ele compra mais, enfim, então eu acho que esse é um aspecto importante. Vai ser fácil, esse debate? Eu não tenho dúvida. Mesmo porque, na Comissão do Trabalho, nós debatemos isso quase que cotidianamente, e, a resistência é muito grande, porque, o que é que se vê pela frente? O princípio, a Previdência Social, qual será o *déficit* da Previdência Social? É isso que se vê. Como que a prefeitura vai fazer frente nas suas despesas, como ela vai cumprir a folha de pagamento? Se o que ela recebe, a arrecadação dela é insuficiente. Só que nós temos que inverter a ótica do debate, a arrecadação hoje é "X", com o aumento do poder aquisitivo do trabalhador, que mora lá no município do interior, vai aumentar a arrecadação, também. Então, isso é um aspecto, mas, não é fácil, aí V.Exa. lança uma segunda polêmica, uma polêmica dura de se enfrentar, difícil, mas que tem, concordo, plenamente, tem que ser enfrentada por nós. Vamos discutir, sim, a política, vamos discutir, sim, a política dos aposentados, porque não é justo um trabalhador, e aí V.Exa. falando aqui a melhor idade, a melhor idade é aquela que exige um salário melhor, porque é o medicamento que custa caro, a cobertura social no Brasil, ainda, não atende os aposentados, os idosos de nosso país. Não atende, como em grande parte dos países desenvolvidos. Aqui, o trabalhador, para ter acesso ao medicamento, ele tem que desembolsar o seu salário, talvez a única vantagem o que idoso tenha, é poder não pagar o transporte coletivo. Não é não, Deputado Jackson?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): É verdade.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O transporte coletivo. Essa é a única vantagem. Entrar no cinema, gratuito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Previsto no Estatuto do Idoso, mas, o mais grave é que o Governo Federal, ao invés de assumir a sua responsabilidade, quando por ocasião da instituição do Estatuto do Idoso, transfere essa responsabilidade para as empresas, porque, na verdade, não existe passagem de transporte gratuita, quando alguém deixa de pagar, isso cai em cima do trabalhador, justamente nessa grande legião de quase 40 milhões de brasileiros, que estão excluídos do uso de transporte público, que não podem pagar uma passagem. Então, quando foi criado o Estatuto do Idoso, o Governo deveria prever, através do Ministério do Desenvolvimento Social, os recursos necessários para garantir esse benefício, e não, transferir essa responsabilidade para as costas dos trabalhadores, porque cada passageiro que não paga uma passagem, isto repercute em cima daquele que já está excluído de usar transporte público. Quer dizer, foi criado o benefício, mas não foi criado uma fonte para atender as necessidades desses benefícios, os custos desse benefício. Agora, eu, sem querer aqui atrapalhar o regimento, mas, eu faço como diz V.Exa. nada é mais importante nesse trabalho nosso do que essa persistência do Senador Paulo Paim, em levantar essa bandeira dos aposentados, porque eu acho que essa Comissão vai dar uma contribuição muito grande à questão dos aposentados e pensionistas do país. E eu acho que, justamente, essa insistência do Senador Paulo Paim, é que está formando a consciência de uma grande parte dessa Comissão, no sentido de direcionar, também, os trabalhos dessa Comissão, em favor desse setor. Porque, na verdade, nem o Governo, nem os setores do Governo, os setores responsáveis por essa questão, têm colocado em discussão, de forma como deveria colocar, essa questão dos aposentados e pensionistas. V.Exa. colocou aqui, o exemplo de sua casa. Por onde quer que nós possamos andar nesse país, as reclamações são as mesmas. Eu me aposentei com cinco salários mínimos, hoje estou vivendo com dois, ou com um salário mínimo e meio. E essa questão, o Congresso Nacional tem responsabilidade de enfrentar e dar uma resposta à sociedade.

Esse é o nosso pensamento e eu acho que, nesse particular, o Senador Paulo Paim tem prestado um grande serviço ao nosso país na defesa dessa bandeira, que eu acho que deve ser uma bandeira, também, dessa Comissão.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E aí, eu não tenho dúvida, eu acho que o trabalho que nós vamos fazer aqui, eu tenho consciência plena, nós não vamos apresentar aqui qualquer propositura ou aprovar um relatório que não tenha condições efetivas de ser aplicado pelo Governo, eu pego o exemplo da nossa bancada do PC do B. Nós temos uma proposta, que nós insistimos, uma proposta de recomposição do valor do salário mínimo permanente, que nós insistimos a cada ano em que votamos o orçamento. Nós apresentamos agora, e estamos dando entrada como Projeto de Lei, da Bancada. É uma proposta que coloca o salário mínimo nos termos em que ele deveria? Obviamente que não. Por quê? Porque nós temos o senso da responsabilidade, nós temos que saber diferenciar o que é efetivamente necessário, do que é possível. Não entendo, por exemplo, que haveria condições, nesse ano, do Governo Lula chegar ao valor de dobrar o salário mínimo, poderia ter feito isso se tivesse adotado uma política sistemática, desde o início do seu Governo, e, nós apresentamos, que é essa a que eu vou me referir, rapidamente. Não tendo feito isso, não é agora, no ano de 2006, que ele vai apresentar uma proposta para dobrar o valor do salário mínimo, porque ninguém agüenta, e não são só as prefeituras, a sociedade, o Brasil, a nação brasileira não suportaria um impacto tão forte, então, as propostas que nós vamos apresentar, são factíveis. O PC do B, nós defendemos, Senador e Deputado, uma proposta que reajuste o salário mínimo, de acordo com a variação do PIB, porque, eu lembro que, um tempo atrás, nós falávamos em dólar, como parâmetro. Perfeitamente correto. Só que, hoje, nós não podemos mais falar do dólar, porque, pelo dólar, já está muito mais de cem dólares. O salário atual, sem chegar nos 350.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada Vanessa, se você me permitir um aparte, eu faço questão de falar à senhora, do dólar...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Hã-hã.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E, até porque, a gente vai enriquecendo aqui o debate. Sinceramente, quando me falam, desse argumento, não mas tem... Não é o seu caso, eu estou concordando com a sua tese. Mas, vocês defendiam, até um tempo atrás, cem dólares...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E defendíamos corretamente.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Corretamente. Hoje é mais de cem dólares. Eu acho que é uma piada a forma que alguns colocam, piada um pouco irresponsável, até, porque o dólar caiu, só no Brasil. É só no Brasil que o dólar caiu? O dólar caiu no mundo, não é só aqui. O euro, digamos, hoje que é a grande moeda valorizada, então, se o dólar caiu, no mundo, qual é a diferença que tem, se pegarmos, e eu pedi para a assessoria e eles vão levantar para mim e vão trazer aqui, vamos usar nós todos aqui, somos todos da base do Governo, vamos usar outro argumento, o que é que se compra, então, são argumentos sólidos, mas, dizer que nós falávamos cem dólares e hoje é mais que cem dólares, não tem fundamento, porque, eu mandei levantar para a assessoria, e vou apresentar na próxima reunião, o salário mínimo em dólares, só aqui no Mercosul, e vamos ver como está o salário mínimo, em dólar, no Mercosul. Está igual àquilo que estava há mais ou menos cinco, seis, sete, oito anos atrás. Então, o dólar, como argumento, não é argumento. Não o que a senhora está colocando, a senhora está colocando muito bem. O dólar é uma referência que a OIT usa para medir o salário mínimo, no mundo. Se o dólar caiu, em relação à moeda original de cada país, caiu em todo o mundo. Então, se na Argentina o salário mínimo era 150 dólares, hoje é trezentos dólares, não mudou nada nesse aspecto, agora, se dissermos o seguinte, esse é um argumento sólido: "Bom, o salário mínimo, há um ano atrás, comprava, sei lá, tantos quilos de arroz, hoje compra o dobro". Esse é um argumento sólido. Agora, dizer não é mais que cem dólares (?). E alguém, algum dia, nesse Congresso, a não ser que fez contra a lei, apresentou projeto de salário mínimo em dólar? Não pode. Porque, nem a Comissão aceita, nem a Casa aceita, então, o debate

sobre a questão de salário mínimo em dólares é uma referência internacional, que não mudou nada. Exatamente nada. O dólar é que caiu. O valor em real ou em peso, enfim, qualquer moeda, o euro, continua o mesmo. Esse é o debate que a gente tem que fazer...

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): E nós sempre defendemos isso, há muitos anos, como uma referência, não como um projeto, não como algo... mesmo que não há como, mesmo que não há como. Enfim, o que é que nós defendemos? Porque, agora nós vamos ter que definir e vamos ter que apresentar, efetivamente, esse é o nosso grande desafio, uma proposta, e que vai ter que ser uma proposta que indexa alguma coisa, de indexação, porque a política, não há política permanente, sem que ela esteja indexada em algo, e, vamos ter que procurar um elemento de indexação que não varie, que não tenha que ser substituído com frequência. Daí, a nossa proposta de ser... É uma proposta que está aí para o debate, como tem dezenas e dezenas, tramitando nessa Casa, que ele varie de acordo com a com a variação do PIB, da produção nacional ou do índice que mede a inflação, o que for maior, porque, também, muitas vezes você pode ter uma produção negativa, nós tivemos 02, tivemos um negativo agora, recentemente, e também acrescido da produtividade do trabalho, enfim. Nós fizemos, Deputado Jackson Barreto, nós fizemos algumas simulações muito interessantes e que, a princípio num primeiro momento você, olha, se caso essa proposta fosse adotada, primeiro, é uma proposta factível, daria condições de o Governo garantir aquele reajuste e que, num curto prazo, não seria um ganho tão extraordinário, mas, num médio prazo, a gente estaria no caminho da recuperação das perdas salariais, ou seja, esse reajuste, dado agora, de 17 e pouco por cento, que é isso, de 300 para 350, dá em torno de 17%, um ganho real em torno de 12 e pouco, 13, descontando a inflação. Seria, mais ou menos, isso, teria mais ou menos, exatamente, esses mesmos valores a proposta que nós apresentamos, agora, permanente, porque não adianta nada esse ano dar isso...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada, me permite fazer um aparte?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Lhe dou. Já lhe concedo. Não adianta nada, esse ano dar um reajuste maior, aí passa um ano com um reajuste que mal recompõe a perda inflacionária, aí, passa o outro ano, a mesma coisa, que foi o caso do Governo passado e, se a gente não cuidar, vai ser de todos os Governos que por aí passam, porque, aqueles que estão no poder, eles têm a questão fiscal como a referência deles, e não, a questão do desenvolvimento do poder de compra. Pois não.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputada, essa questão do PIB é muito interessante, também. Veja bem, há um tempo já, a gente vem defendendo a seguinte tese: O salário mínimo iria crescer, anualmente, conforme a inflação, mais o dobro do PIB. O que eu ouvi, de dizer que isso era uma proposta demagógica, eu tive que engolir, só que, se nós pegarmos os últimos dois anos, o salário mínimo subiu a inflação e, no mínimo, mais o dobro do PIB. Então, não era demagógica.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Claro.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, não era demagógica. Uns chegaram a botar o PIB *per capita*. O PIB *per capita*, nós sabemos muito bem, que é muito menos do que o próprio PIB, porque é baseado na situação de cada cidadão. Bom, esse projeto foi apresentado a, mais ou menos, três anos atrás. De três anos para cá, o salário mínimo tem subido, sim, conforme... Esse ano, inclusive, vai dar mais que o dobro do PIB, então, isso mostra que a proposta não era irreal. Ah, mas o Paim propõe o dobro do PIB. Foi assim no ano passado, esse ano vai dar mais. Quanto é que está o PIB, previsto esse ano?

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Três... Dois e pouco.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em torno de 3 ou 4%. O aumento real é doze. Então, é três vezes, dá para dizer, o valor do PIB. O que não pode, é, um ano você dar três vezes o valor do PIB, o outro ano você não dar nem o PIB, porque quer dar o PIB *per capita*.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Exatamente.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, essa é coerência que nós temos que construir, baseado num parâmetro real, e, um parâmetro real, eu concordo, a tese pode ser o PIB, mas, não, dizer que dá o dobro do PIB é real. Se fosse real, nós não estávamos dando por dois anos consecutivos. Foi assim ano passado, e vai ser assim esse ano.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Bom, era isso, Sr. Presidente. Eu acho o que outro desafio que a gente tem, que não é um mérito da nossa Comissão, mas nós vamos ter que enfrentar, enfrentar essa questão da própria Previdência, nós vamos ter que estar muito preparados, desmistificar a idéia de que a Previdência vive sob um permanente *déficit*. Não é verdade, isso, não é verdade. Vamos discutir isso, profundamente. Nós vamos além disso, vamos ver como é que a gente trata a questão da tributação, também, sobre o trabalho, é pesada no país, a Reforma Tributária, até agora, não teve condições de enfrentar isso, e, eu vejo que, dificilmente, a gente conseguirá muitos avanços nesse campo, se não consertar alguns aspectos no que diz respeito à política tributária, que onera o trabalho formal, acho que alguns passos a gente tem dado, mas, eles são muito tímidos, ainda. Enfim, era isso.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, o Ministro está chegando já, mas, como a contribuição, e a Deputada Vanessa ajudou muito nesse encaminhamento, essa questão de desonerar a folha de pagamento, eu acho que é um debate importante. Nós temos defendido, há muito tempo, já, a seguinte tese: O empregador paga em torno de 22% para a Previdência sobre a folha. O trabalhador paga a metade, vamos dizer que seja 11%, conforme a faixa. Isso é 33% sobre a folha de pagamento. Se nós conseguíssemos num debate fraternal, tranqüilo, equilibrado e construindo uma proposta, retirar os 33% sobre a folha de pagamento, que paga o empregador e jogar as contribuições da Previdência sobre o faturamento, você desonera a folha, você emprega muito mais gente, você fortalece, inclusive, o trabalhador com distribuição de renda, que parte desse dinheiro que o empregador pagaria sobre a folha ele pagaria como salário e nós podemos jogar para a tributação sobre lucro ou faturamento, e, qual é a tese que eu defendo? Eu pego o exemplo dos bancos, quem mais lucra nesse país? É banqueiro. Ninguém tem dúvida quanto a isso. Quem menos emprega? É banqueiro. Ora, o que menos emprega, mais lucra. É natural que ele deveria pagar mais, cumprindo a sua função social, sobre a Previdência, do que aquele empregador que, porventura, empregue lá mil trabalhadores e paga muito mais que o banqueiro. Porque o banqueiro paga sobre a folha, muitas vezes cinqüenta empregados, cem empregados e, aquele que tem mil trabalhadores, paga sobre a folha de mil trabalhadores. Esse é um debate, também, que nós podemos construir aqui, que poderíamos desonerar a folha de pagamento em 33%, se pagaria menos sobre a folha, joga sobre o lucro ou faturamento e deixa que, com isso, a Previdência, inclusive, tenha uma arrecadação bem maior. Chegando aí, o Deputado Medeiros e, a Dra. Clair pediu a palavra.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sr. Presidente, senhores e senhoras Deputados, Senadores, eu não pude acompanhar a evolução do debate, mas, também, queria colocar aqui a minha posição. Eu acho que nós temos que enfrentar os grandes problemas que afetam o desenvolvimento econômico e social do nosso país. A questão da carga tributária é, sem dúvida, um dos problemas que nós temos que resolver, porque nós temos uma carga tributária aí, que, me parece, está em torno de 38%, que ela afeta pequenas empresas e a geração de emprego, em consequência a própria distribuição de renda e o acesso do cidadão ao trabalho e à riqueza. Então, eu acho que a questão da carga tributária é um dos assuntos desta Comissão. Segundo ponto: a questão dos juros. Nós, recentemente, tivemos aí dados divulgados, aí pela imprensa, essa semana ainda, que a nossa dívida pública, em termos de títulos no mercado, chegou a 979 bilhões de reais. Só o impacto dos juros sob a dívida pública, o ano passado, gerou uma dívida em torno de 140 bilhões de reais. Então, não é possível, quer dizer, esses recursos, eles poderiam estar sendo aplicados em investimentos, então, essa alta taxa de juros é um problema sério no nosso país, que nós temos que resolver, e, essa questão, também, se insere dentro desse debate, porque alta taxa de juros e a

carga tributária, ela impede o desenvolvimento econômico e social no nosso país. Então, são assuntos que nós temos que debater aqui e até discutir com o Ministro da Fazenda, que virá aqui, na nossa audiência pública, porque é um problema sério, o nosso Presidente tem até, agora se manifestado dizendo que entendia que o Banco Central deveria reduzir os juros em percentuais maiores agora, eu acho que nós... Esse é o papel, inclusive, da nossa Comissão, de pressionar para que haja uma queda mais acentuada dos juros, exatamente, para que não haja impacto na dívida pública e que haja uma dinamização da economia. Então, são essas as propostas que eu, também, queria agregar a esse debate aí para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Bem, tem a palavra, o Senador Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu comentava aqui com o nosso Presidente, Deputado Tarcísio, que chega, Deputado Medeiros, de que o Ministro já está, está apenas dando uma entrevista aqui na porta, em seguida, estará conosco, e nós vamos iniciar o debate com o Ministro e eu falava com a Presidência, eu não sei se todos concordam com o seguinte encaminhamento, que, de imediato, o Ministro chegando, a gente passe a palavra para ele, para ele fazer a exposição e, depois a gente faria as perguntas que entendemos adequado para o encaminhamento do tema em debate, que é uma política de recuperação permanente do mínimo e, naturalmente, também, o salário mínimo que será estipulado esse ano, já que nós todos estamos afirmados. A última palavra quem dá, é o Congresso Nacional. É importante que nós estejamos em sintonia com esse debate para a construção dessa política de recuperação do salário mínimo. Eu queria lembrar ao Deputado Medeiros, enquanto o Ministro está chegando, está marcado já os encontros estaduais, previsto, inclusive, um para São Paulo, São Paulo... A assessoria pode nos ajudar aí, ficou para que dia? São Paulo ficou para...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 24 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 24 de abril, então teremos...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Não, não. É 10 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 10 de abril. E, a intenção é fazer um grande debate com a sociedade, chamando o Movimento Sindical.

NÃO IDENTIFICADO: [inaudível].

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 10 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 10 de abril. Seria a data prevista para São Paulo. Aí, nós gostaríamos que os Deputados de São Paulo ajudassem muito aí. Meu amigo Barelli, meu Vice-presidente, o Medeiros, enfim.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 24 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 24 de abril. Confirmado, 24 de abril, São Paulo. Aí, nós poderíamos, combinando com os Deputados da região, acho que a assembléia seria um bom local.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pela ordem. Primeiro, as mulheres.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Se me permite, Sr. Presidente, Sr. Relator. Aqui, a Região Sul, que seria, a primeira, Curitiba, eu gostaria de, já, marcar uma data certa para nós termos possibilidade de organizar, porque, aqui está: Semana de dez de abril, então, eu proporia...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): segunda-feira.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): segunda-feira. Não sei, exatamente que dia... Eu estou sem calendário.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que é dia... A assessoria pode nos ajudar aí? Dez de abril, segunda-feira.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Dez de abril, dia de segunda-feira, pela tarde.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fica definido já.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Fica definido.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O segundo encontro é...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 24 de abril.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 24 de abril, numa segunda-feira, São Paulo. E seria à tarde para (?) dos Deputados se deslocarem daí para os respectivos Estados. Eu só peço para a assessoria que nos assessorie na chegada (?).

DEPUTADO LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS (PL-SP): Pela ordem, Sr. Deputado Jackson Barreto.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Pois não.

DEPUTADO LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS (PL-SP): Esse debate, em São Paulo, será muito importante, eu acho que é muito importante esse debate em São Paulo, que nós tínhamos que tentar juntar lá os Deputados Federais e Estaduais de São Paulo, as Centrais Sindicais e associações de aposentados. Hoje, nós temos grandes associações nacionais de aposentados, que, também, têm bastante interesse no salário mínimo e, por conseguinte, no aumento deles. Eu vou sugerir um lugar bom, que seria ou no... Contactar o Sindicato Nacional de Aposentados da CUT e o Sindicato Nacional da Força Sindical, e que a gente fizesse esse debate, agora... O Sindicato Nacional de Aposentados da Força Sindical tem um auditório grande, esse auditório cabe umas quinhentas pessoas e, com certeza, esse auditório será lotado...

NÃO IDENTIFICADO: [inaudível].

DEPUTADO LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS (PL-SP): A Assembléia Legislativa, é bom, mas, é bom, também, lugar onde tenha povo, onde o povo tenha mais fácil acesso e dê mais repercussão, então, eu sugeriria que a gente fizesse num grande auditório, [celular tocando] Sindicato de Trabalhadores, uma coisa assim, onde tivesse uma repercussão grande.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu queria informar ao Deputado Medeiros, que a nossa agenda aqui está previsto o dia 31, o dia 31 de janeiro, uma audiência com as entidades representativas dos trabalhadores, aqui na nossa Comissão. Então, as Centrais Sindicais, citadas pelo Deputado Medeiros, estarão aqui, no dia 31 de janeiro, na próxima semana, para participar dos debates aqui da Comissão, as centrais, CUT, Força Sindical e as demais, inclusive, a Federação, também, dos Aposentados.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aposentados, seria no 14 de fevereiro. A intenção nossa, seria convidar o Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, da CUT e a COBAP, para fazer uma exposição aqui, os três. Eu proporia, se o Presidente permitir, que o local, em São Paulo...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Seria por parte dos Deputados lá.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dos Deputados e Senadores de São Paulo, que apontassem o melhor lugar, uma decisão da bancada de São Paulo. Do Rio Grande do Sul e Paraná, também. Santa Catarina é convidado, mas... A Assembléia é um lugar amplo, total, geral e irrestrito, não haveria nenhuma posição, digamos, de disputa política, até. Mas, eu não tenho nada contra, que indicassem outro lugar, desde que seja uma decisão do Estado que está recebendo a Comissão. Não sei se o Barelli tem alguma discordância quanto a isso, porque estamos falando, inclusive, das primeiras reuniões, que serão em São Paulo e no Paraná. E os Deputados e Senadores do Estado, decidam... Deputado Marco Maia, bem vindo, aqui, para o nosso debate...

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Considerações do Medeiros, Senador Paim, são interessantes. Agora é da prática que nós vamos, acho que o Paraná vai dar o tom, nós queremos chegar perto do que o Paraná vai fazer...

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Com certeza, nós vamos procurar fazer o melhor [risos].

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto o Ministro está se dirigindo à nossa Comissão, o Deputado Marco Maia que chega agora também pede a palavra já que o Rio Grande do Sul é um dos Estados, que nós teremos audiência pública e seria fundamental que os Deputados e Senadores gaúchos também acertassem o local mais adequado para o debate que lá faremos.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Obrigado, Senador Paulo Paim, saudar aqui o Deputado Jackson Barreto, Deputado Walter Barelli. Mas, em especial aqui o Senador Paulo Paim que é metalúrgico como eu, fomos dirigentes do mesmo sindicato e na mesma cidade, mas eu queria, na verdade, só saudar a iniciativa, saudar a instalação dessa Comissão mista que tem a árdua tarefa de discutir, refletir sobre o tema do salário mínimo. Mas, principalmente, apresentar propostas para que haja condições de que o salário mínimo seja reajustado e recuperado gradativamente no nosso país. Na verdade, é que o Presidente Lula, tem feito um esforço enorme para melhorar a condição do salário mínimo no país, eu me lembro Senador Paulo Paim, era que uma das nossas bandeiras históricas era que o salário mínimo chegasse a cem dólares. E esta era uma briga incansável, e constante que todos nós tínhamos para que o salário mínimo brasileiro pudesse ser cem dólares, pudesse comprar ou ter o seu poder aquisitivo igual a cem dólares e hoje nós temos a satisfação de até mesmo poder comemorar dizendo o salário mínimo chegando a 350 reais e ele vai chegar à casa de 150 dólares. O que é um avanço, o que representa uma melhoria e uma qualidade de vida maior para o nosso povo, mas que ainda é insuficiente. Se nós considerarmos, o que se pode comprar com um salário mínimo de 350 reais, nós vamos ter que ele ainda é insuficiente para atender as demandas, para atender as necessidades do povo, da população e principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Então, eu queria saudar esta iniciativa, dizer que é muito importante a realização dessas audiências públicas nos Estados, principalmente para ouvir a comunidade, para ouvir os cidadãos, para ouvir a população, mas, ao mesmo tempo também ouvir os sindicalistas, os trabalhadores e trabalhadoras que se organizam em sindicato, que são os responsáveis por estar fazendo o bom debate democrático aí nos nossos Estados sobre o tema do salário mínimo. Especificamente no Rio Grande do Sul, eu não tenho dúvida de que nós teremos uma luta árdua, portanto, há essa audiência pública que nós vamos realizar lá no Rio Grande do Sul, ela terá uma importância enorme, porque eu não sei se os outros Deputados sabem, mas, no caso específico do Rio Grande do Sul nós temos lá o salário mínimo regional, que foi criado ainda durante o Governo do Olívio Dutra e que este salário mínimo regional, representa lá um avanço em relação ao salário mínimo nacional. E nós já tivemos problemas lá no ano passado, porque o reajuste do salário mínimo regional ele foi menor do que o salário, reajuste concedido ao salário mínimo nacional. E nós tivemos agora, nós temos agora este reajuste aí de cerca de 17% no salário mínimo nacional e se nós não tivermos os reajustes do salário mínimo do Estado regional no mesmo patamar do que foi o salário mínimo nacional nós vamos ter uma perda significativa lá nos salários dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Rio Grande do Sul. A gente sabe que o Governador Germano Rigoto, no passado assumiu o desgaste de não conceder um reajuste no mesmo patamar do salário mínimo nacional, mas que esse ano nós não temos dúvida de que ele vai manter a sua palavra e tal... E vai reajustar o salário mínimo no Estado do Rio Grande do Sul nos mesmos patamares do salário mínimo regional. Mas esta vai ser uma luta que nós teremos que implementar lá, um bom debate, uma discussão com as entidades sindicais, trabalhadores e trabalhadoras, naquela oportunidade do salário mínimo regional, aqui é bom ressaltar isto aqui lá no Estado do Rio Grande do Sul. O Secretário do Trabalho, era o Deputado Tarcísio Zimmermann, naquela oportunidade que ajudou que contribuiu e muito para implementação desse salário mínimo Regional do Estado do Rio Grande do Sul. Nós teremos lá um trabalho, uma luta enorme, principalmente, no Rio Grande do Sul, para manter a mesma equiparação, o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo regional e quem sabe também ter lá uma política

de reajustes permanentes do salário mínimo regional. Como nós temos e vamos ter certamente aqui a partir do trabalho dessa Comissão no país. Então, eu queria ressaltar este, este debate, ressaltar a importância dessas audiências públicas que serão realizadas e o quanto isto será sem dúvida nenhuma, gratificante para o Congresso Nacional, para o trabalho desenvolvido por esta Comissão, e também para os trabalhadores e trabalhadoras. Então, queria aí Deputado Jackson Barreto, Senador Paulo Paim e o Deputado Walter Barelli saudá-los aí pela iniciativa e também pela importância que esta Comissão vai ter na construção de um salário mínimo digno, para os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Queria fazer um apelo aos Deputados e Senadores para que compareçam aqui à Comissão, uma vez que o Ministro Marinho está chegando à Comissão para participar da sua primeira audiência pública. E eu quero nesse momento, passar os trabalhos ao nosso Vice-presidente Walter Barelli enquanto eu vou dar uma presença na Comissão Mista do Orçamento. Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas. Eu penso que o debate que nós vamos fazer agora com o Ministro Luiz Marinho deve ter como ênfase, a estratégia que o Governo pretende construir para recuperação de longo prazo do salário mínimo e também obviamente discutir essa decisão ontem acordada com as Centrais Sindicais de assegurar este reajuste muito expressiva para o salário mínimo. A vigorar agora a partir de abril de 2006. E eu penso que quando nós instituímos, Senador Paim e V.Exa. foi um grande estimulador para esta doação do piso salarial regional no Rio Grande do Sul, nós fizemos um estudo importante, um estudo e um debate importante também com diferentes setores da sociedade. E nesse tema, eu penso que nós devemos evitar a idéia de que magicamente se possa resolver o problema. De fato, de fato nós estabelecemos um critério, que era um critério que consultava a situação econômica do Estado do Rio Grande do Sul, as potencialidades do nosso Estado e estabeleceu um piso salarial que foi de 30% superior ao salário mínimo. Evidentemente, um salário mínimo que a época era muito mais depreciado do que é hoje porque os 20% de aumento real, concedido ao longo do Governo do Presidente Lula, efetivamente mudaram já o patamar do salário mínimo, ele já deixou de ser um salário miserável e começa a caminhar no sentido de ser um salário que tem uma relevância social importante e, portanto uma capacidade, inclusive, de representar efetivamente os menores salários pagos na economia brasileira. Então, eu acho que o debate, esse debate é um debate que tem que ser conduzido, como eu dizia, a nossa, a professora Maria da Conceição Tavares, Deputado Barelli naquela Subcomissão que nós criamos lá na Comissão do Trabalho, não se pense em aventura salarial, não se pode pensar numa idéia de que se possa de uma hora para outra, dobrar o valor do salário mínimo. O que nós precisamos, é, portanto, efetivamente de uma política de longo prazo e que eu acho que a exemplo do que nós fizemos ontem. Quando na Câmara nós aprovamos o FUNDEB, com metas, com metas, inclusive, de valores a serem assegurados à construção de uma estratégia de classificação do ensino básico no Brasil, nós devemos constitucionalizar uma estratégia de recuperação do salário mínimo. A Constituição Brasileira ela de fato, quer dizer, o Brasil acabou optando por constitucionalizar suas grandes metas em termos de políticas macro econômicas, de políticas sociais, de estratégias nas diferentes áreas. Pois esta área, eu acho que nós também. Vamos ter que muito para além de um Projeto de Lei ter uma diretriz constitucional concreta, não abstrata como é hoje, que o salário deve isso, aquilo, aquilo outro. Não. O salário deve incorporar um crescimento permanente até que ele atinja uma determinada proporção do PIB brasileiro, para que ele efetivamente possa ser um valor capaz de sustentar as condições do desenvolvimento do país. Então, eu acho, acho que é um tema muito importante, que precisa de uma reflexão, inclusive, desapaixonada, desapaixonada, ela precisa de uma reflexão muito, eu diria muito coerente com as potencialidades, com as possibilidades. A própria política de piso salarial ela tem limite, tem um limite que é evidente a política de piso salarial. De repente ela consegue, ela consegue ao invés de ser um fator diferencial de competitividade, ela passa a ser um fator prejudicial à competitividade. Porque nós vivemos num país, num mundo, enfim, que tem relações concretas. Então nós precisamos de fato fazer um debate

desapaixonado que consiga, mas que consiga responder concretamente a esse grande desafio que é o desafio de constituir uma política que dê, que dê novamente um sentido ao salário mínimo, um sentido de uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social uma ferramenta de distribuição de renda e um símbolo da valorização que nós temos frente ao trabalho e ao trabalhador. [Tempo vago].

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Bem... Srs. Senadoras, Srs. Deputadas, Srs. Deputados. É com grande satisfação que nesta 4ª Sessão, nesta 4ª Reunião da Comissão Mista, criada pelo Congresso Nacional para discutir uma política de médio prazo para o salário mínimo, que nós estamos fazendo agora a primeira audiência e não poderia deixar de ser com quem é responsável pelo trabalho e emprego dentro da equipe de Governo, dentro do Executivo. A idéia é a partir, estamos aqui com grande satisfação, com a presença do Ministro Luiz Marinho, que nesse depoimento, ele nos dará uma visão da política que esse Governo pretende imprimir para recuperação do salário mínimo. Resolvendo outros problemas laterais que essa questão do salário mínimo tem trazido para o debate público. É uma... A discussão desse tema, depois de uma reunião feita pelo Presidente da República com Ministros, inclusive, com a participação marcante do Ministro Luiz Marinho, mas, com a presença das Centrais Sindicais, onde se chegou a um consenso sobre o salário mínimo deste ano que será à base da progressão, que uma vez aprovado ou não esse salário mínimo no Congresso Nacional, esse vai ser a base da nossa progressão. Nós partiremos do salário mínimo de 2006, para fazermos uma política até 2016 ou até 2026... Dentro de uma idéia desse grande problema. Deixar de ser só assunto praticamente de uma discussão sempre acalorada, sempre apaixonada quando da fixação do novo salário mínimo. Então, o Ministro também criou no âmbito do Ministério uma Comissão quadripartite, para levantar com empresários, trabalhadores, aposentados e Governo qual deve ser, quais devem ser os rumos para uma política do salário mínimo no tempo e aí todos nós pensamos numa política de recuperação do valor do salário mínimo. Então, é uma honra está iniciando estas audiências, ouvindo nosso Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Com a palavra.

SR. MINISTRO LUIZ MARINHO: Primeiro eu quero cumprimentar, meu bom dia, aos Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, os presentes aqui nessa Comissão. Primeiro Barelli, quero parabenizar o Congresso por ter criado uma Comissão Mista para estudar a questão salário mínimo, qual o papel dele frente à economia, frente à distribuição de renda e no processo de recuperação do poder de compra do salário mínimo projetado para o horizonte, para o futuro do país. Quero também me colocar que, talvez, eu esteja em falta com a Comissão. Deveria, talvez, ter visitado vocês já antes, mesmo em processo de negociação com as centrais, em relação ao valor para este ano, dentro do atropelo de agenda acabei não fazendo apesar de ter esse desejo. Eu queria aqui também registrar isso com vocês. Dizer que, o que eu vejo como importante na Comissão é o fato de olhar para o futuro de como nós devemos construir uma política permanente de valorização do salário mínimo, para de fato sairmos dessa discussão todo o ano e muitas vezes a depender da situação de chegarmos à conclusão que, por exemplo, nós tivemos alguns anos com aumentos reais significativos, outros anos sem nenhum aumento real. É verdade que a economia brasileira certamente, não suportará quase a gente resolva todo o ano dar um número, como vamos conceder esse ano seguidamente. É por essa relação até que precisam de uma política permanente até para que Estados, Municípios, União, Previdência, iniciativa privada se prepare e se planeje IBGE para uma política permanente, a criar uma política permanente me parece muito importante que nós estaríamos indo além de uma eventual política de Governo, deste ou aquele Governo e criaríamos uma política de Estado mínimo, política mínima de Estado para recuperação do poder de compra do salário mínimo. Esse é o objetivo e o conceito que o Governo está trabalhando na Comissão quadripartite e penso que esta Comissão deve interagir com a Comissão Mista do Congresso, para construirmos essa política. Nós estamos planejando, projetando para até primeiros 10 dias de fevereiro, a gente feche a conceituação internamente no Governo, para poder travar para valer com a Comissão quadripartite essa conceituação. Quem sabe eu... Queria pedir um outro café porque esse aqui está com açúcar ou adoçante se não me engano, e eu tomo só o café, sou apreciador do puro café... Então, eu acho que criar essa possibilidade é muito

importante, interagir com a Comissão e termos essa política permanente, eu acho que isso é de fundamental importância para nós. O calendário que estava falando, nós estamos planejando para final de março, mais tardar início de abril, estarmos concluindo esse processo com a Comissão quadripartite. Talvez, pudéssemos ver um pouco com a Comissão Mista qual o calendário que podemos conjuntamente também trabalhar para ver se é possível a gente esse ano ainda oferecer ao Congresso Nacional a possibilidade de estabelecer já as regras para o próximo ano, independente de qual o Governo. Eu acho que a política que nós devemos estabelecer tenha que passar no mínimo por 15 ou podemos projetar por 20 anos, nessa ordem de grandeza para uma política permanente. Isso eu, assim de forma resumida dizer o que nós estamos pensando em relação a isso. Nós temos a participação nessa Comissão além do Governo, das Centrais Sindicais, das entidades de aposentados, representativa dos aposentados e pensionistas, empregadores e participam também como convidados, representações dos Municípios e dos Estados. De forma que está presente também o problema aí relacionado, na problemática do impacto fiscal junto às prefeituras. Eu trouxe os dados do impacto do acordo ontem firmado com as Centrais Sindicais, e que agora nós remeteremos ao Congresso, evidentemente o Congresso é que será a autoridade para consolidar o acordo, ou observar se há espaço no orçamento para eventuais mudanças, mas, diria que nós procuramos trabalhar com a lógica da responsabilidade, da sustentabilidade do aumento, que nós estamos nos propondo a conceder em abril deste ano. Além de trabalharmos o valor, trabalhamos também a lógica de pensar, a partir das indicações das centrais, antecipar para abril deste ano. Mas, projetar junto com a política de valoração permanente, quem sabe, criarmos aí a possibilidade de ir antecipando um mês a cada ano até chegar no mês de janeiro. Iniciou o ano fiscal, inicia também o reajuste já do salário mínimo. E é uma discussão que haveremos de fazer também junto aos aposentados na seqüência, para ver como fazemos a relação com os aposentados. Estou com esses dados aqui, talvez fosse interessante a gente apresentar Barelli. Que te parece? Então não sei quem que vai ajudar aí na... Ok. Vamos lá! Não, sem problema. Ela está me informando que foi testado hoje tudo direitinho, funcionou no teste, beleza pura. Agora está demorando um pouquinho para entrar em funcionamento. Talvez nós temos para distribuir? Temos. Essa tecnologia nos passa cada uma... Então vamos distribuir. Já que o bichinho não funciona, vamos na mão. É ou não é? Ontem nós... A negociação se deu com seis Centrais Sindicais e todas elas assinaram. Nós assinamos ontem um protocolo de intenções para o resultado de transformarmos, em encaminhamentos ao Congresso e todas as centrais assinaram esse protocolo sendo elas: a Central Autônoma Dos Trabalhadores, a Central Geral Dos Trabalhadores Do Brasil, Central Única Dos Trabalhadores, Confederação Geral Dos Trabalhadores, A Força Sindical E A Social Democracia Sindical. É... De forma que me parece que de uma forma até quase inédita, mas nós conseguimos num processo de debate intenso depois de várias reuniões construir um resultado para a partir do resultado encaminharmos para transformar em lei para o Congresso Nacional, considerando que a participação do Congresso Nacional é muito importante nesse processo. Mas eu costumo dizer que, mais importante que a negociação do curto prazo, esta discussão de longo prazo eu acho mais importante e fundamental do que o simples resultado do curto prazo. -Distribuímos para todos? Todo mundo tem em mãos?- Vamos trabalhar com esse, com o salário, com o salário mínimo. Então vamos lá. Esse primeiro gráfico é uma evolução do valor nominal do salário mínimo... Vai funcionar? Ok, ótimo. Se funcionar é melhor. Agora podemos apagar essas luzes, não é. Fica melhor. Bom, porque nós desafiamos a tecnologia ela resolveu funcionar... Nesse primeiro gráfico ele demonstra o valor nominal, da evolução de 95 mais 95, até abril de 96, chegando a abril de 96 a idéia é termos o salário mínimo este ano estipulado para 350 reais, em vez de fazer um ajuste em maio, fazer em abril, conforme reivindicação. Temos a variação nominal embaixo e a variação real, a evolução do aumento real de cada ano, esse ano projetado para 13% a depender confirmação da inflação. Podemos seguir, Presidente? O próximo gráfico ele trata do valor do aumento real de cada ano, vamos observar que 95, tem um grande aumento real, na verdade, era um ajuste aí do Plano Real, mas depois entramos numa fase de ou negativo ou baixo valores, tendo outro valor importante de aumento real em 2001 e repetindo 2005 e 2006. Frente. Podemos passar. Esse nós pegamos para fazer um paralelo do que significou a evolução de cada mandato, analisando os últimos dois mandatos, o mandato do Presidente Lula, o acumulado do

aumento real para cada mandato. O primeiro mandato de 94, 98, 20,5% do acumulado do aumento real e do segundo mandato de 20,6% de 98 a 2002, acumulado aumento real. Com isso e agora projetado a ser confirmado, porque dependerá da variação da inflação evidentemente até abril, se confirmado porque nós trabalhamos chegaremos a 25.3 de aumento real nessa gestão do Presidente Lula. Em frente. Esse é o valor do salário mínimo no ponto, no mês, então considerando abril de 2006, 350 reais a que mês ele corresponde esse valor. Então é o comportamento de mês a mês, ele seria comparável ao mês de novembro de 85 pegando no ponto, esse seria igual a novembro de 85, puxando para, portanto, 20 anos atrás, em frente. Em frente. E sendo valor médio do ano, abril de 2006, comparado se projetando para o ano, com que ano corresponderia o valor anual. Aí nós puxaremos para 25 anos atrás compatível aí com ano de 80. Isso é frente a Cesta Básica. Qual é a revolução da Cesta Básica? O que aconteceu? O poder de compra a Cesta Básica frente as 16 capitais pesquisadas. Em março de 2003, o salário mínimo comprava 1.3 Cesta Básica, projetada para abril de 2006, passaria a 2.2. Pode ver que ele, o salário mínimo ele teve até 85, até 95, na verdade, ele veio caindo bastante e a partir de 95 ele entra num processo de equilíbrio, depois num processo de recuperação, mas subindo e descendo até 2003. Mas já de 2000 a 2002, construindo um processo de recuperação e a partir de 2003, particularmente 2004, 2005, ele adquirindo um processo mais acelerado na recuperação. Com esse valor deste ano, e como eventual política permanente de valorização do salário mínimo, ele pode entrar numa curva crescente de recuperação do poder de compra do salário mínimo. Esse é um dado frente ao Município de São Paulo, que é pesquisado e São Paulo, reconhecidamente tem um custo mais alto ele compararia 1,85 Cesta Básica, mas, comparado com que momento compatível teria na cidade de São Paulo do poder de compra do salário mínimo, ele voltaria a junho de 85, de novo falando de 20 anos de recuperação do poder de compra. Esse é um exercício para ver janeiro de 2003, o que o salário mínimo comprava de alguns produtos o que aconteceu nesse período. Em janeiro de 2003, o salário mínimo comprava 63 quilos de feijão, passará agora para 133, carne de 26 quilos para 38, cimento de 11 sacos para 21, arroz de 131 quilos para 257 quilos. Então demonstrando de fato, uma grande recuperação frente a Cesta Básica. Aí poderíamos trabalhar com outros produtos equivalentes. Esse aqui, bom, um papel do salário mínimo me parece que é impactar no mercado de trabalho, como valorizar o mercado de trabalho. Então, nós buscamos através do estudo do DIEESE frente aos pisos salariais negociados pelos sindicatos do Brasil, os brasileiros, das várias centrais sindicais o que refletiria nos pisos salariais. Atividade fim e atividade meio. Na atividade fim, 26% dos acordos dos pisos salariais, estaria já incorporado dentro dos 350 reais e atividade meio 47% dos pisos salariais negociados, também até 350 reais. Ou seja, esse valor impactará na valorização do mercado de trabalho, porque esses sindicatos nas próximas campanhas salariais, certamente trabalharão para recuperar a mesma relação que tinha com o salário mínimo no passado, de 1,5 salário mínimo, dois salários mínimos, de 1.7, de 2, 5, assim sucessivamente, ajudando no processo de recuperação da massa salarial impactando evidentemente, no mercado de trabalho, seja no emprego, seja na distribuição de renda. Esse valor considerando que 29 milhões de trabalhadores ou beneficiários da Previdência e da assistência ou da iniciativa privada que ganha exatamente um salário mínimo, ampliaria em 11 bilhões de reais a massa de rendimentos em 2006, de impacto na economia. Impactaria também no aumento da arrecadação, que muita gente às vezes calcula só impacto no custo da Previdência, no custo dos Municípios, no custo dos Estados. Mas esquece que isso traz dinamismo para a economia, traz dinamismo no mercado de trabalho, ajuda na recuperação, inclusive, de empregos. E, portanto, também ajuda na arrecadação tributária, seja de ICMS, de ISS, seja de outros tributos, que isso terá impacto também. Aqui é um cálculo considerando um número tanto pela PINAD, como por institutos como o DIEESE, que trabalha com a ordem de 40 milhões de trabalhadores e beneficiários da Previdência e assistência que recebe até um salário mínimo, ou que esteja impactado pela política do salário mínimo. O cálculo aqui, na verdade, é conservador, nós estamos falando de um adicional de 15 bilhões, mas há cálculos que fala hoje, eu vi no jornal hoje, alguns cálculos falando de 25 bilhões de impacto na massa de rendimentos em 2006. E também impactará, da mesma forma na arrecadação tributária. Bom isso é Imposto de Renda, não é nosso assunto aqui. Mas só para conhecimento dos senhores, a idéia de corrigir a tabela em 8%. E essa evolução aí

de 96 até 2006, aumentando aí a faixa de isenção e mudando às faixas de impacto em cada faixa salarial, aí. Eu acho que terminou. Essa é a apresentação que eu queria fazer para os senhores e me colocar inteiramente à disposição em dizer que, é o que eu queria aqui trazer para os Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Primeiro inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero informar primeiro que eu não sou membro desta Comissão, mas muito me interessei, então, resolvi vir aqui porque gostaria de argüir. Então, se V. Exa, se V.Exa. vai avaliar que devem primeiro os membros da Comissão argüir, eu respeitarei isso. Mas se puder ter o direito de argüir de pronto, também o farei.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu vou nobre Senador Eduardo Suplicy, quebrar o regimento, já anunciei a palavra a V.Exa. e aí vou mantê-la.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Prezado Presidente, Deputado Jackson Barreto, meu caro Deputado Walter Barelli, e por tantos anos tem dialogado sobre este assunto e batalhado para que tenhamos uma política de recuperação do valor do salário mínimo e caro Ministro Luiz Marinho, primeiro quero cumprimentá-lo pela notícia alvissareira que V.Exa. traz aqui, sobretudo informando que houve um entendimento positivo entre o Governo do Presidente Lula com o próprio Presidente e as Centrais Sindicais, numa decisão que constitui um avanço, claramente demonstrado, pela exposição dos números que aqui apresenta uma vez que era o propósito do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, aumentar significativamente o valor do salário mínimo era o seu propósito explicitado, na medida do possível, até dobrar o valor real do salário mínimo, mas considerando todas as limitações e, inclusive, os impactos para a Previdência, conforme V.Exa. acaba de assinalar de um número muito significativo de pessoas que recebem seja, os benefícios da prestação continuada seja os aposentados que recebe o salário mínimo e mais ainda os servidores e administrações municipais, que nem sempre tem a necessidade de arrecadação a melhor que possibilitaria se expandir ainda mais, mas considerando todos estes valores e ainda o impacto sobre o mercado de trabalho, creio que a decisão tomada é na direção muito positiva de recuperar o valor do salário mínimo, fazendo com que ele possa, inclusive, atingir um dos objetivos do próprio projeto do Senador Paulo Paim, de fazer com que possa o valor do salário mínimo, ser aumentado a cada ano, mais do que o valor do Produto Interno Bruto *per capita*. Ele na sua proposta, da qual eu sou Relator, e já apresentei o parecer, ele tinha proposto que a cada ano houvesse um aumento, pelo menos de acordo com o PIB *per capita* e mais, quer dizer, o valor, não apenas da recuperação do valor do poder aquisitivo. Mas também, duas vezes o crescimento do PIB *per capita* e eu avaliei que a decisão adequada seria de pelo menos recuperar o valor completo do poder aquisitivo e mais, pelo menos, o aumento do PIB *per capita*. Apresentei o relatório que está sendo examinado, inclusive, dentre os diversos projetos neste sentido. Mas gostaria também de aqui aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção para primeiro à consciência que nós, seja os brasileiros, seja os empresários, os parlamentares, os trabalhadores devemos ter... Sobre os mecanismos de transferência de renda que existem em outros países do mundo, nos países mais adiantados com os quais, nós temos um relacionamento de comércio de grande relevância, como os Estados Unidos, o Reino Unido, por exemplo, quanto, Sr. Presidente, recebe um trabalhador nos Estados Unidos que ganha um salário mínimo, hoje 5 dólares e 15 por hora. Se esse trabalhador estiver empregado por 160 horas por mês e for empregado 12--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senador Suplicy V.Exa. tem mais um minuto para sua--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois bem. Se esse trabalhador receber um salário mínimo e for empregado os 12 meses a sua remuneração é de 10 mil dólares por ano. Se tiver mulher, duas ou mais crianças. A sua remuneração será de 10 mil dólares, mas ele terá um crédito fiscal por remuneração recebida, da ordem de 40%. A sua remuneração sobe para 14 mil dólares. Qual é o efeito disso para nós brasileiros? Do

ponto de vista dos Estados Unidos a sociedade norte-americana, aumenta a remuneração dos trabalhadores do salário mínimo e torna mais competitiva as empresas norte-americanas em relação as nossas. Se não fizermos algo semelhante. Então é necessário que pensemos num mecanismo nesta direção e é aí, Sr. Presidente, que eu considero importante, que mais e mais na hora de definirmos o valor do salário mínimo, estejamos também analisando os efeitos dos programas de transferência de renda, seja hoje do Bolsa Família, seja daquilo que poderá vir a ocorrer, por já ser decidido por Lei do Congresso Nacional uma renda básica de cidadania. Então, gostaria que o Ministro Luiz Marinho pudesse refletir sobre isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu quero avisar aqui aos companheiros Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, cada companheiro terá direito a 5 minutos e nós vamos ouvir o questionamento, de três em três. E o Ministro então, vai fazer as respostas a partir de (?) cada três parlamentares. Eu passo a palavra a Deputada Dra. Clair.

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Sr. Presidente, Senadores Deputados, Senadores Deputadas, Excelentíssimo Ministro. Queria inicialmente parabenizar o Governo, o Ministério, as Centrais Sindicais, todas as entidades, que contribuíram para formular essa proposta do salário mínimo, no patamar de 350 reais e também com o reajuste já a partir de abril. E também dizer que toda a sociedade fica beneficiada, porque não são só os 40 milhões de trabalhadores que vão ser beneficiados com o salário mínimo nesse patamar, mas, sim toda a sociedade porque nós vamos dinamizar a economia, vamos ter mais empregos, vamos gerar mais empregos e também toda a sociedade vai se beneficiar, porque conforme já foram colocados os dados aqui, também vai haver aumento da carga tributária que vai beneficiar todos os cidadãos. Queria cumprimentar V.Exa. então, pelo e... O próprio Governo e por esse acordo que dá uma recuperação real do salário mínimo em torno de 13%. E também parabenizá-los, pelo reajuste da tabela do Imposto de Renda. Considero que essa Comissão do Congresso Nacional, ela tem grande importância na discussão de um projeto para recuperação permanente do salário mínimo. Mas, entendo que nós devemos abordar outras questões maiores, para que nós possamos ter um projeto de desenvolvimento econômico social sustentável. E aqui eu queria dizer, que por essa discussão passa a discussão da taxa real de juros do nosso país. Eu acho que nós não podemos conviver com essa taxa de juros, existente no nosso país, porque ela é, ela prejudica o desenvolvimento econômico social, prejudicam o poder de compra dos trabalhadores, os empregos, enfim, ela é altamente prejudicial para o nosso país. Estava aqui falando, antes de V.Exa. chegar, que os dados recentes aí publicados nos jornais, pela imprensa toda, de que esses juros impactam em muito a nossa dívida pública e só em termos do impacto dos juros sobre a dívida pública do ano passado para 2004 chegou-se a 140 bilhões de reais. Então realmente é um problema sério que nós temos que resolver. Queria também--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado--

DEPUTADA CLAIR DE FLORA MARTINS (PT-PR): Queria só também complementar, dizendo que nós temos que buscar uma nova política tributária para o nosso país. Porque hoje em dia quem paga os impostos são os trabalhadores, e o capital, grandes bancos são beneficiados e não pagam imposto correspondente. E queria também fazer uma proposta, ratificar proposta no sentido de que a gente tire a tributação da folha de pagamento, pelo menos uma parte e jogue essa contribuição para o faturamento das empresas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Tarcísio Zimmermann.

DEPUTADO TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Deputado Walter Barelli, Ministro Marinho. Deputadas Senadores, Deputados e Senadores. E eu penso e eu queria cumprimentar o Ministro Marinho. Eu acho que a habilidade, que presidiu essa negociação e também a sensibilidade que presidiu essa negociação, ela precisa ser registrada. Habilidade por parte do Governo, por parte do seu

Ministro de trabalho, habilidade por parte do Presidente Lula, habilidade por parte das Centrais Sindicais e sensibilidade também de todos eles. Eu penso que esta... Este reajuste anunciado ontem, e muito esperado por todos nós, ele é ao mesmo tempo uma vitória do diálogo, mas também é uma vitória da consciência, porque felizmente em nosso país, esta agenda do salário mínimo colou. Essa é uma agenda que colou na agenda política brasileira e isso nos dá ao mesmo tempo, uma enorme oportunidade e também uma enorme responsabilidade. Nós devemos efetivamente oferecer respostas neste campo em particular ao conjunto da sociedade. Então, eu quero, eu quero registrar esta mudança de conceito na sociedade brasileira. O Brasil nunca cultivou o conceito da igualdade. Infelizmente a sociedade brasileira, ela nunca valorizou uma noção de que nós devêssemos ter, por exemplo, por exemplo, níveis salariais que não fosse como é hoje de um para 250, mas que nós tivéssemos que ter níveis salariais de um para oito, um para dez, que seriam níveis civilizados em que não existiriam cidadãos de quinquagésima classe e cidadãos de primeira classe. Então eu penso que o salário mínimo ele tem que ser compreendido nesta dimensão e, portanto, também a meta que nós devemos nos colocar não pode ser simplesmente uma meta, digamos pragmáticas, do tipo: Ah! Chegaremos em um salário a preços de hoje de 500 reais e estamos bem encaminhados. Não é verdade. Não é esta uma solução razoável, para o tema da distribuição de renda no Brasil. Nós devemos nos colocar a esta perspectiva, de que quem sabe no Brasil como o Governo Federal já vem fazendo no serviço público, nós devamos ter esta idéia, de que o menor salário não seja, quem sabe num primeiro patamar 20 vezes menor do que o maior salário. É esta deve ser, eu penso, a nossa perspectiva. Então, eu acho que os 13% eles contribuem para esta perspectiva, de que a gente anime o debate pela igualdade social. E eu queria, Ministro, lhe fazer pergunta, porque esse é sempre um tema, vibrado aí pelos adversários do salário mínimo. Foi muito usado quando nós tentamos, quando nós introduzimos no Rio Grande do Sul o piso salarial. O tema da inflação e o tema da competitividade. Como esse tema foi debatido, quer dizer, o repique inflacionário que eventualmente, esse reajuste possa proporcionar e o repique também de perda, eventualmente de competitividade que este reajuste possa, possa produzir. E também eu queria que V.Exa. pudesse se antecipar aqui um pouco, qual é a estratégia do Governo em relação ao salário mínimo, porque esta, desculpa, ao salário família, porque essa de forma muito minúscula, mas poderia ser uma parte da resposta aos questionamentos do Senador Suplicy, de que se a gente tivesse uma política mais afirmativa para o salário família, nós poderíamos ter um crescimento importante da renda das famílias que tem crianças, tem crianças sob a sua responsabilidade. Então, por favor, também se houver alguma decisão nos informe.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Luiz Marinho.

SR. MINISTRO LUIZ MARINHO: Bom, agradeço aí as questões colocadas. E quero dizer aos companheiros que a abordagem do Senador Suplicy, sempre aí militante da necessidade, da constituição de uma renda básica de cidadania, para o conjunto da população brasileira, usando aí experiências de outros países, usando como referência experiência de outros países, inclusive, eu acho que agrega um importante debate. Não somente para o Governo brasileiro, mas para o conjunto da sociedade brasileira e haveremos de perseguir no horizonte a necessidade da constituição de uma renda básica para dar condições de sobrevivência digna, para todo os cidadãos e cidadãs do nosso país. Isso eu acho que é um valor importante a ser estabelecido no horizonte, a partir dos programas existentes de transferência de renda, mas, precisaremos ir aperfeiçoando ao longo do tempo para dar conta deste objetivo. Evidentemente que hoje, nós olhando, nós não teríamos condições hoje, no orçamento do país dar exatamente o que nós gostaríamos de fazer na conceituação que o Senador Suplicy faz. Mas é uma coisa que nós devemos perseguir, independente de qual o eventual Governo que esteja governando aquela fase da história do país. Mas como povo brasileiro e como política de Estado devemos perseguí-las. É... A abordagem da Dra. Clair, que eu concordo em grande parte com a abordagem do estrago que as taxas de juros reais, faz para a economia brasileira e em 2005 nós sentimos profundamente isso. Mas, dizer que nós estamos trabalhando para criar as condições para numa segunda fase diminuir o endividamento público interno, e tendo um juros baixo de forma sustentável também

com inflação baixa. Há quem defende a tese de que: "Olha, um pouquinho mais de inflação não haveria problema". Não haveria problema se esse pouquinho, mais de inflação estiver totalmente sob controle. Mas se estiver uma possibilidade de descontrole inflacionário, causaria um grande estrago. E quem sobrevive de salário certamente, serão os mais prejudicados numa eventualidade como essa. Mas, eu concordo plenamente que o Banco Central neste ou em outros Governos tem trabalhado de forma bastante conservadora, com excesso de zelo em relação a essa questão. Acho que há um espaço de debate com relação a isso, e nós precisamos, sim, de ter uma política econômica que controle a inflação. Que controle a inflação, mas que trabalhe com o menor juro possível, para não sacrificar o investimento, seja infra-estrutura, seja na produção e seja no investimento e no desenvolvimento social. Eu acho que é isso que nós estamos buscando. Conseguimos até aqui, diminuir de forma significativa, o endividamento externo do Brasil e precisamos de uma segunda fase, investir pesado na diminuição do endividamento interno. Mas considero que nós andamos um bom pedaço, ao fazer, ao tirar a relação de endividamento de títulos relacionados ao dólar. Muita gente fala: "Poxa, mas o dólar está barato". Está barato hoje. E amanhã como ele estará? Ninguém sabe o que vai acontecer com o dólar no dia de amanhã. Por esta razão, nós temos que levar isso em consideração até porque os títulos comprados em dólar, no passado, não foi porque naquele momento o Brasil desejava comprar títulos em dólares, era porque o Brasil estava sem condições, não é, de comprar título do Brasil em reais e preferia atrelar com o dólar. Por esta razão que levou por tamanha fragilidade da economia naquele momento. E por essa razão, eu acho que é um bom caminho andado até aqui, mas, concordo que nós temos muito que caminhar. Quero dizer também que sou um defensor da necessidade de transitar o impacto da folha de pagamento para o faturamento, para o valor agregado das empresas. Isso é uma, é uma coisa também que o Brasil precisa evoluir, até para sair desse debate que o trabalho é muito caro. Há muito debate sobre a questão trabalhista que o trabalho é muito caro, que ele não é flexível. Há uma discussão se é ou se não é flexível, porque uma situação de não ter flexibilidade não teria tamanha rotatividade como acontece com a mão-de-obra brasileira. Então de certa forma, o mercado de trabalho tem sim a sua flexibilidade, mas, haveremos de construir um processo de negociação, que busque responder a esse conjunto de questão. Abordagem do Deputado Tarcísio de que o questionamento, se o salário mínimo provoca ou não inflação conforme muitos defendem essa tese. Eu diria que se nós aumentássemos o salário mínimo demasiadamente, de forma a provocar um desequilíbrio orçamentário, de forma que os agentes não pudessem suportar o salário mínimo, assim ele poderia provocar sim uma inflação. E de forma que o aumento da demanda de consumo fosse o impacto além da capacidade de produção da economia brasileira, poderia sim provocar uma retomada da inflação. Mas não nos parece que seja o caso, parece o que economia brasileira está em total condição de aumentar essa sua produção, fazendo frente a uma manda demanda de consumo, que esse aumento pode provocar. Não creio que também que esse aumento tire a competitividade, da indústria brasileira até porque, a indústria em grande parte já paga mais do que o salário mínimo. Evidentemente que isto provocará, dará impacto no mercado de trabalho, trazendo uma valorização no mercado de trabalho, mas parece que ele trará um impacto extremamente positivo, na medida em que nós podemos ter impacto de dinamismo na economia, a partir do aumento de capacidade de consumo por esses milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Medeiros.

DEPUTADO MEDEIROS (PL-SP): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Ministro Luiz Marinho. Eu acho que o aumento do salário mínimo foi significativo, é um dos maiores aumentos dos últimos tempos e principalmente a forma como se chegou a esse entendimento na base da negociação. É a primeira vez, que o Governo negocia com os sindicatos e se chega a uma conclusão. Geralmente, negociação do Governo com os sindicatos é para o Governo ganhar tempo, é a primeira vez que se chegou a uma conclusão, foi agora com o Ministro Luiz Marinho e que leva o fortalecimento das Centrais Sindicais, daí o fortalecimento do movimento sindical, uma prática muito boa ouvir a sociedade. Então eu queria cumprimentar o Ministro Luiz Marinho, cumprimentar as

Centrais Sindicais, cumprimentar o Presidente Lula, e eu tinha uma indagação. Este aumento vai favorecer bastante pessoas, mas, sobretudo aqueles aposentados, milhões e milhões de pessoas aposentadas, que vivem do salário mínimo. Pessoal do campo, pessoal do Nordeste, até em São Paulo você tem muitos aposentados que vivem do salário mínimo. Vão ter um ganho real. Mas nós precisamos, ter também o reajuste dos outros aposentados que ganham acima do salário mínimo. E esses aposentados têm uma defasagem salarial neles. Mas sempre no passado deixou-se uma defasagem salarial em relação aos outros aposentados. Houve alguns momentos, em que a correção do salário mínimo era repassada automaticamente para todos os aposentados. Eu sei da impossibilidade disso. Isso impede. Impediria o aumento do salário mínimo se fosse indexado. Mas é preciso que o Governo também tenha essa sensibilidade, para as outras pessoas que são aposentados e que precisam repor o seu poder de compra. Eu queria ouvir do Ministro Luiz Marinho, qual a posição do Governo sobre o reajuste dos aposentados que não ganham salário mínimo? Eu acho que em princípio o Ministro, eles deveriam ter no mínimo o seu reajuste, também antecipado para o mês de abril. Para o mês de abril para não se cometer uma discriminação, uns são reajustados em abril e outros são reajustados em maio. Queria ouvir então, o Ministro Luiz Marinho sobre essa questão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Marco Maia.

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Muito obrigado, Presidente. Saudar aqui também o Deputado Walter Barelli e o nosso querido Ministro Luiz Marinho. Eu primeiro quero enaltecer aí a iniciativa do Governo, de ter primeiro patrocinado esse movimento de diálogo, de negociação, de estabelecer uma relação direta com as Centrais Sindicais e discutir a exaustão o tema do reajuste do salário mínimo e da política de recuperação da tabela do Imposto de Renda. É claro que a gente às vezes acaba, no reajuste do salário mínimo, desconsiderando a importância do reajuste da tabela do Imposto de Renda, para uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras do país, que ao receber cerca de mil e cem reais de salário, já tinham um pouco mais de mil e cem reais de salário já tinham que pagar o Imposto de Renda direto na fonte. Se nós pegarmos a categoria metalúrgica na qual eu faço parte, esse reajuste na tabela do Imposto de Renda tem também um impacto significativo na renda. E na qualidade de vida desses trabalhadores. Mas eu queria, Ministro Marinho, na verdade, saudar a iniciativa do Governo de ter patrocinado esse debate, esse diálogo, permanente com as Centrais Sindicais e poder ter chegado a uma equação que para este momento histórico e conjuntural da política e da sociedade brasileira, traz um avanço significativo ao salário mínimo e um avanço significativo ao rendimento dos trabalhadores. Quando reajusta a tabela do Imposto de Renda em 8%. Então, eu diria que só pelo fato de estar negociando, o Presidente Lula colocou isso numa entrevista, o próprio Ministro colocou isso também. Só o fato de estar negociando, ouvindo as Centrais Sindicais e se dispondo a dialogar uma política permanente para o salário mínimo, já significa um avanço significativo na condução da política neste, neste país. Eu queria também dizer e ressaltar aqui e perguntar como o Governo enxerga isso. Mas a recuperação do salário mínimo, ela não se dá apenas na minha avaliação com o valor que se coloca de reajuste ao salário mínimo. É um conjunto de medidas tomadas pelo Governo, que vão dando um contorno melhor ao poder de compra dos trabalhadores. Eu quero dizer que fiquei muito impressionado, aqui com este dado, de que o salário mínimo comprava em março de 2003, 1.30 cestas básicas e passou a comprar e vai passar a comprar em março de 2006, 2.20. O que representa em abril, pegando aqui a referência do documento apresentado pelo Governo, que chega a 2.20 um reajuste digamos que um ganho de 70%. Em relação, é claro que aqui nós temos uma recuperação do dólar, nós temos aqui o reajuste do salário, nós temos aqui as políticas compensatórias que está sendo... Hoje é impressionante a gente andar pela rua, pelo país e ver, por exemplo, que o trabalhador diz: "Eu comprava o quilo de arroz há 14 reais, os cinco quilos de arroz, hoje estou comprando por cinco, o leite era 1,40 agora estou comprando por 0,98". Então isto tem um impacto brutal, na renda do trabalhador, que eu acho que é o conjunto de medidas que nós precisamos fortalecer no país, quer dizer, aumentar o salário mínimo, manter o dólar num patamar que tenha

uma relação real e tal com a realidade do país. Ter políticas compensatórias para os setores produtivos, para que eles possam efetivamente garantir um preço justo--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado--

DEPUTADO MARCO MAIA (PT-RS): Para a comunidade. Então eu queria, na verdade, perguntar aí ao Ministro Luiz Marinho, como é que o Governo está enxergando e tal... Esse conjunto de políticas, que na minha avaliação são importantíssimas, para recuperar efetivamente o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu cumprimento em primeiro lugar assim, como todos os companheiros e companheiras que me antecederam, fizeram. Eu quero aproveitar essa oportunidade para cumprimentar, já fiz ali, mas faço agora de público cumprimentar a V.Exa. pela condução das negociações. De fato não estou aqui fazendo elogio ao Governo, nem demagogia, mas, é um fato inédito nesse país a gente voltar a ter a definição do valor do salário mínimo da forma como nós tivemos esse ano e já o ano passado. Eu acho que foi uma negociação difícil, não foi tranqüila, mas o resultado foi bom para o Brasil. Então, eu quero nesse momento fazer dois cumprimentos a V.Exa, um é isso, a forma como o Governo, principalmente através de sua pessoa, se conduziu no sentido de chegar a esse fim, chegar a esse termo, não só quanto ao salário mínimo que parece que não é muito, mas os dados mostram aqui a imprensa toda divulga. É o maior, não chegou ao seu dobro, efetivamente, mas é o maior dos últimos 20 anos, pelo menos. Então, isso é um fato importante, não é à toa que o acordo aconteceu e está aqui o termo de compromisso e o segundo ainda nesse primeiro aspecto a negociação em torno, a negociação em torno da tabela de Imposto de Renda, que todos reclamam, mas, já é a segunda vez que o Governo Lula reajusta a tabela do Imposto de Renda, oito anos do Governo passado, nós tivemos um único reajuste. Um único reajuste. Então, é algo que nós temos que destacar. Mas eu quero cumprimentar V.Exa, além disso, por um segundo fator que eu considero mais importante pela sua posição, Ministro Marinho, aqui no dia de hoje. Eu sei que V.Exa. é uma pessoa que tem uma história e uma vida no movimento sindical e não é porque é Ministro que esquece das reivindicações ou esqueceu rapidamente, e sabe que mais até importante do que esse ganho que o trabalhador brasileiro está tendo hoje que não é o ganho suficiente para fazer frente à sua demanda, mas sem dúvida nenhuma é um ganho importante, V.Exa. colocou uma necessidade de ter uma política para o salário mínimo. Eu acho que isso é importante, e esse é o objetivo maior dessa Comissão. Antes de sua chegada aqui, até aqui a esse recinto, nós debatíamos exatamente isso. Nós vamos rodar esse país. Nós vamos rodar, Senadores, Deputados, debatendo o salário mínimo, discutindo a necessidade de ter uma política salarial. Uma política para o salário mínimo. E nós enxergamos pela nossa frente como uma questão central, principal, o que nós enxergamos é uma Lei de Responsabilidade Fiscal. O que nós enxergamos não são os problemas vividos pela Previdência Social não, nós chegamos à outra página da sua transparência. Aquela página que mostra, por exemplo, o quanto que a economia do país terá de... Será, com quanto à economia brasileira será injetada a partir do aumento do salário mínimo, e quase quatro bilhões de reais a mais. A gente lê muito e vê muito Prefeito, Governador, falar, não porque o gasto vai para tanto, mas, eles não dizem, quanto vai ser o aumento da arrecadação tributária, porque aumentar, crescer, fazer crescer o mercado interno é fazer crescer a economia. Agora, nada mais faz crescer o mercado interno do que uma possibilidade de um ganho real nos salários mais baixos do país, ou seja, do salário mínimo, porque quando a gente aumenta o salário mínimo. Não é dinheiro que as pessoas estão gastando com produtos supérfluos não. Não são produtos importados, que terão sua venda aumentada não. São aqueles produtos que mantêm as necessidades mais primárias de uma pessoa. É o alimento, é o transporte coletivo que a pessoa vai poder passear no dia de domingo naqueles Municípios Deputado Jackson, que adota uma política de embarateamento das passagens, no final de semana.[soa campainha] Enfim, eu acho que esse é o nosso caminho. E eu dizia há poucos instantes, que nós do PCdoB, temos essa preocupação.

Nós anualmente nos projetos, na discussão de orçamento, apresentamos e estamos dando entrada essa semana no Projeto de Lei de Bancada. Onde nós vamos colocar ali a nossa, repetir a nossa proposta de política permanente, variação do PIB ou da inflação o que for melhor, acrescida, acrescida da variação também da produtividade do trabalho. E aí vamos pegar um exemplo de 90 a 99, a produtividade do trabalho no Brasil aumentou 24%, mas a participação dos salários na renda nacional caiu de 37% para 27%, ou seja, 10% foi à queda, Senador Paim, numa década. Então, Ministro, eu concludo do jeito que eu comecei cumprimentando V.Exa. E sei que V.Exa. tem dito nas entrevistas que já está disposto, comprou a briga conosco. Isso é importante ter um Ministro conosco nessa briga, o Ministro do Trabalho, mas que não tem idéia exatamente do que vai ser. Então, o cronograma que os senhores, que também há uma Comissão no âmbito do Governo uma Comissão trabalha--

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Concluindo. Então, só que trabalha essa questão da política permanente. Se tem mais ou menos idéia, de qual o prazo, o período que essa Comissão precisaria para apresentar algo, ao Congresso Nacional se a perspectiva esse ano, esse semestre ainda seria basicamente isso.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Marinho.

SR. MINISTRO LUIZ MARINHO: Obrigado, Sr. Presidente. Bom, Deputado Medeiros. A questão dos aposentados e eu antes mesmo de assumir o Ministério do Trabalho, me coloquei em várias plenárias de aposentados e aposentadas no Brasil, respondendo esse questionamento, porque como as centrais, já lá atrás propondo uma política de valorização do salário mínimo e aí o pessoal, às vezes questionava o seguinte: "Poxa vida, mas vocês estão propondo que tire os aposentados, para dar para o salário mínimo? Porque eu ganho dois salários mínimos, mas, se aumentar o salário mínimo acima do reajuste que eu vou ter, eu vou receber menos dois salários mínimos". E eu dizia para ele o seguinte: "É preferível, eventualmente ter um salário, receber um salário mínimo de setecentos reais do que três salários mínimos de duzentos, por exemplo". Então, nós precisamos ter firmemente a convicção de que a... Valorizar o salário mínimo é importante. É importante também para os aposentados porque milhões de aposentados e pensionistas estarão sendo beneficiados com essa valorização do salário mínimo. É importante também levarmos a seguinte questão. No passado já tivemos essa vinculação, isso foi desvinculado em determinado momento, mas ainda há presente um debate de segmentos importantes, que desejam a desvinculação até do piso previdenciário. Quando me pergunta eu respondo que eu sou radicalmente contra a desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo, porque considero que esta vinculação ela é importantíssima, no processo de distribuição de renda e desenvolvimento especial daquelas regiões mais empobrecidas ou menos desenvolvidas do país. Tem regiões hoje que recebe mais recursos injetados na sua economia local ou regional, a partir dos benefícios dos aposentados e pensionistas, ou de transferência de renda, do que a economia consegue gerar naquela região ou até da transferência do fundo de participação dos municípios. Ou seja, tem um forte impacto na economia brasileira, particularmente das regiões menos desenvolvidas. Tem várias regiões já que o aposentado ou aposentada, já virou a principal renda da família. Então, essa vinculação ela é importantíssima e nós temos que tomar cuidado com esse debate porque a depender de como a gente faça o debate, a gente faz crescer essa visão de que deve se desvincular. E eu acho que isso seria um perigo, um risco grande que nós não deveríamos deixar que crescesse essa discussão. Evidente que os aposentados, aposentadas, pensionistas, merecem uma atenção e merece, inclusive, um debate. O Ministro Nelson Machado, certamente fará um calendário de discussão com as entidades representativas dos aposentados. Nós já tivemos solicitações seja do sindicato nacional da CUT, do sindicato nacional da força e também da Cobap para fazer esse calendário, certamente o Ministro Nelson Machado da Previdência vai fazer esse calendário, vai discutir essa questão de antecipar também para abril ou não, vai fazer a discussão de qual é a possibilidade que estará colocada para esse ano, dentro da realidade

orçamentária da Previdência, que vocês sabem o tamanho do problema. E que mais que nós, temos todo o interesse e sensibilidade para fazer essa discussão. Em relação à abordagem do Deputado Marcos Maia, na verdade, eu acho que eu esqueci na apresentação fazer abordagem do que leva essa recuperação nesse patamar. Não é simplesmente pelo tamanho dos aumentos, do reajuste mais aumento real. É a combinação disso com o controle da inflação e desoneração tributária. Realizada em vários produtos e possivelmente outros produtos que nós venhamos discutir no futuro, essa combinação ajuda a construir o poder de compra do salário mínimo frente a Cesta Básica de forma particular. Mas pode perguntar: "Pô, mas as famílias não vivem só de Cesta Básica"? É verdade, mas nos baixos salários a Cesta Básica é que dá o grande impacto e, portanto, é uma grande contribuição para o poder de compra do salário mínimo trabalhar com desoneração, com controle da inflação para essa combinação dá esse poder de compra para o salário mínimo. Deputada Vanessa fala do papel da Comissão, eu tenho plena concordância, e quero reafirmar aqui o que nós estamos trabalhando como cronograma como possibilidade podemos, vamos trabalhar para cumprir isso. Nós queremos até final de março, início de abril, estar em condições de trazer para a Comissão aqui, mista do Congresso, qual a visão que a Comissão quadripartite coordenada pelo Ministério do Trabalho, teria em relação a essas questões aqui. Não temos, evidentemente a pretensão de esgotar todos, todos os aspectos que da importância de uma política permanente do salário mínimo, mas acho que a Comissão quadripartite, a Comissão Mista do Congresso pode sim, criar condições para termos uma política que pode ser sendo avaliada ao longo do tempo. Nós pensamos e desejamos a partir do Ministério do Trabalho, discutir na Comissão quadripartite, também oferecer a vocês, a idéia de que talvez nós devemos a partir da Comissão quadripartite da Comissão Mista pensar em criar um Conselho Do Salário Mínimo Permanente, que vai acompanhar e avaliar e sugerir de ano a ano qual deveria ser, bom, é o suficiente, há espaço no orçamento para adicionar aquela política mínima permanente ou não... E assim sucessivamente. Mas são coisas que ainda não está concluída e que nós devemos fechar que se Deus quiser aí até o final de março.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Wilson.

DEPUTADO WILSON: Sr. Presidente, estimado Ministro, Senador Paulo Paim, Deputado Vice-presidente Barelli. Eu queria rapidamente Sr. Ministro saudar os Senadores e Deputados presentes. Queria deixar uma pergunta, Sr. Ministro, referente a uma questão que diz direto ao nosso assalariado, aos nossos trabalhadores. Aquele que realmente recebe a sua, o seu salário, da fonte pagadora e desconta de Imposto de Renda. Quando é que nós teremos uma nova tabela, nova faixa para desconto do Imposto de Renda. Não se admite, Sr. Ministro que continuamos a ser isento com essa correção de 8%, 1.257 isento, 1.257 e um centavo, 15%. E nós vamos tratar de 2.512, 27,5%. Com certeza nós temos os jornalistas, todas as pessoas estão aqui, são assalariadas, Deputado Paulo Paim, com certeza estão aqui todo mundo preocupados com essa questão. Esse é o comentário geral, entra Governo, troca Governo, Governo Fernando Henrique, vem o Governo Lula, foi o Governo Itamar, e a coisa não tem como se resolver esse problema lá no Ministério da Fazenda, no Ministério da economia. Nós precisamos Sr. Ministro realizar essa correção, para não penalizarmos os nossos, os nossos assalariados. Isso é um crime que está sendo cometido com os trabalhadores. Até 1.257 agora isento. 2.257,01, 15%. Realmente, Sr. Ministro, essa questão é muito séria e gostaria de ouvir de V.Exa, naturalmente um encaminhamento dessa questão, porque a questão está insustentável e todos nós, e todos os trabalhadores assalariados, estão profundamente preocupados. E não dá para admitir, está sendo penalizado realmente quem recebe pela folha de pagamento, desconta o Imposto de Renda e não tem outra saída, enquanto que outros tem outras soluções. Mas eu queria também reforçar muito a manifestação do Ministro... Do Deputado Medeiros, quanto à correção salário Paulo Paim, dos nossos aposentados. Nós temos que estudar seriamente para termos além da correção do salário mínimo, ter uma correção progressiva, dependendo dos valores. Porque aquele que recebe um salário mínimo, ele vai receber a correção do Imposto de Renda, da inflação e não terá nenhum ganho, ele está perdendo progressivamente o poder aquisitivo. Então eu queria, eu queria reforçar realmente essa preocupação e

cumprimentar naturalmente quem está mais envolvido nesse problema que é o Senador Paulo Paim, que eu tenho uma grande admiração por V.Exa. e toda essa preocupação. Mas a minha pergunta para concluir é exatamente a correção, criarmos novos fachos para a correção do Imposto de Renda. Obrigado, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Encerrada as inscrições. Eu passo a palavra ao Deputado Vicentinho.

DEPUTADO VICENTINHO (PT-SP): Eu, Sr. Presidente, Jackson Barreto, Sr. companheiro Luiz Marinho nosso Ministro do Trabalho, Deputado Walter Barelli, nosso companheiro, Senador Paulo Paim, nosso Relator, ontem quando houve o acordo, Deputado Jackson Barreto, havia uma conversa na Câmara, entre a alegria e surpresa de alguns e alegria de muitos outros que perguntava o seguinte: "Qual é o papel da Câmara? Qual é o papel dessa Comissão? Já que as centrais resolveram junto com o Governo?" Eu dizia: "Companheiro, agora que a coisa está boa. Quanto mais um projeto for negociado melhor para todos nós. A Câmara não tem que se arvorar no papel de resolver todos os problemas nem o Congresso Nacional". Então, nesse sentido eu acho que nós, o papel da Comissão é discutir uma política de recuperação do poder aquisitivo, independente de reajustes anuais, independente do que aconteceu ontem, do que acontece hoje. Então, esse papel nós vamos ter que nos debruçar, queimar pestanas para ver que políticas nós deveremos desenvolver, evidentemente em parceria com o Ministério do Trabalho, com o companheiro Luiz Marinho, com o nosso Governo Federal, mas também com a sociedade, com os Prefeitos, com os pequenos empresários, não é, com todos os segmentos, com os aposentados, com todos os segmentos. Agora nós não podemos deixar de desconhecer, que conseguimos um reajuste que é o maior dos últimos 25 anos, comparando-se todos os dados, números altamente positivos, resultados de importantes negociações feitas entre o Ministério do Trabalho e as Centrais Sindicais, isso é a coisa mais positiva e é por isso que é histórico na nossa caminhada. Por isso, meu companheiro Luiz Marinho eu quero parabenizá-lo, você que é um homem já no sindicato chamado de resolvidor de problemas, solucionador de conflitos. Foi assim no nosso sindicato. Foi assim na CUT. E ao entrar no Ministério, você consegue fazer com que pensamentos tão diferentes que são o das cabeças das Centrais Sindicais que tem às vezes um viés pessoal, o viés da vaidade, todos se colocarem na mesma Mesa e ontem com alegria ouvia pronunciamentos muito parecidos, tanto da CUT como da Força Sindical ou de outros personagens que ali fizeram parte daquele debate. E eu sei do seu esforço, da sua vinda a Câmara, da sua conversa com cada um individualmente, no sentido de cada um resolver a caminhada que se dá. Por isso que você realmente pode ser considerado o Ministro do fortalecimento do salário mínimo, além de outras coisas o que Ministério está fazendo, quero parabenizar meu irmão por isso e com muito orgulho você que participou, que participamos juntos da mesma trajetória do movimento sindical, sobretudo a partir do nosso Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Parabéns meu irmão. Com referência a estes dados, meus companheiros parlamentares, dentro do tempo que nós temos, eu só queria dizer o seguinte. Se falava muito em salário mínimo cem dólares, já ultrapassou faz tempo vê que esse assunto já não cola mais. E falava em salário mínimo que não conseguia comprar uma Cesta Básica. Agora compra a sua, duas cestas e quase duas cestas e meia. O que é ótimo. Às vezes a gente fala de juros, como a minha colega Deputada Clair se referiu a que agora, mas eu fui debater sobre isso um dia desse num bairro sobre juros altos, economia, superávit da balança comercial, uma senhora me interrompeu. Ela falou: "Olha, Deputado Vicentinho, tudo bem, você quer discutir isso aí que eu não entendo bem. Só sei dizer que o arroz baixou". O outro gritou: "O óleo baixou, eu estou tendo mais comida na minha casa". Então, não é à toa, os números que mostram que diminuíram a quantidade, diminuiu a quantidade de miseráveis neste país. Então esses dados que não se resolvem de uma hora para outra, são dados extremamente importantes e um salário mínimo fortalecido, significa o fortalecimento da economia. É um investimento. Este investimento porque o trabalhador que vive do salário mínimo não vai gastar o dinheiro em Miami, nem em Los Gatos, nem na Europa. Ele gasta e investe aqui e nem vai fazer poupança. Ele vai fazer é movimentar a economia. Então, o que eu queria perguntar nesses poucos segundos, que eu tenho Ministro, é o que é que o Ministério já tem para as políticas permanentes de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo? E é claro com autorização do nosso

Presidente Jackson Barreto, que parceria nós podemos fazer para esse processo para uma política de Estado e não política de Governo? O Lula está aí, não sabemos até quando. Você está aí, não sabemos até quando. E é necessário uma política de Estado. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o deputado Carlos Batata.

DEPUTADO CARLOS BATATA (PFL-PE): Senhor Presidente, senhor ministro. Eu queria parabenizar o Paulo Paim e o Congresso pela iniciativa de ter uma Comissão Permanente e de efetivamente se possa anualmente já se ter traçado uma meta de recuperação salarial. Mas queria aqui tecer alguns comentários. Aqui foi se falado constantemente na recuperação da cesta básica se falou no arroz, no feijão. Agora temos que levar em consideração que o agronegócio, a 10 anos atrás ele é quem vem segurando esse país no que diz respeito às contas públicas e efetivamente o arroz baixou porque houve uma maior produção de arroz. Efetivamente a grande maioria dos produtos do agronegócio, do qual eu tenho uma ligação pessoal, baixou. Agora, se pergunta na ponta quem planta arroz está tendo renda? Quem cria o boi está tendo renda, principalmente agora que caiu a exportação com relação a aftosa, a carne agora chegou à preços que baixaram para 37 reais a arroba, no nordeste chega a 42 e no Centro-Oeste e Sudeste chega a 40. Então eu pergunto: Até quando os setores da economia do agronegócio vão ter e vão poder produzir para manter a cesta básica desta forma? Então eu não queria aqui entrar no detalhe da questão econômica, até porque eu discordo do colega Vicentinho, ele falou em 20 anos e há 10 anos atrás teve um aumento maior, 25, maior do que o aumento atual. Agora, primeiro eu queria deixar aqui, Ministro duas perguntas. Se essa Comissão ela tem, ela foi criada para fundamentalmente, ela não se haver necessário anualmente haver debates. Então, ela de uma forma automática terá um incremento do salário mínimo que é um ganho real para o trabalhador, um parâmetro. Então, em economia não se inventa, dinheiro não se gera, dinheiro não cai, não se gera. Então, a maior dificuldade é de onde buscar o dinheiro, de onde vir o recurso. Então, eu queria sugerir, o atual Governo aumentou a publicidade em 46% no ano de 2006, e a gente tem visto que infelizmente em sinais de corrupção no país sempre está envolvida alguma empresa de publicidade, porque é mais fácil, segundo dizem aí a imprensa, e aqueles que entendem retirar o recurso. Ora, então porque a própria mídia, a própria televisão, a própria Rede Globo, não é? Que nos castigou aqui no Congresso. Então que tal a gente fazer um Projeto de Lei para evitar ou sugerir pelo Governo que nenhum Estado, nenhum município, nenhuma estatal possa fazer publicidade nos meios de comunicação? Ponto. E esse dinheiro poderia ir para salário mínimo, para bolsa família e outros fatores de distribuição de renda. E segundo. Era na questão dos juros. Eu volto a falar dos juros aqui porque o juros, ele indiretamente cai em cima do trabalhador...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exa. já encerrou. Deputado...

DEPUTADO CARLOS BATATA (PFL-PE): Para concluir. Então o juros efetivamente na economia, o empresário, quanto mais ele paga o juros menos pode pagar o trabalhador, diminui o poder de compra do trabalhador. Então o que é que tem que ter em mente o atual Governo, para efetivamente a gente mudar de faixa de ser o maior país que mais paga juros no mundo, e em compensação a gente ser hoje a economia que menos cresce na América Latina, desculpe, apenas o Haiti cresce menos do que a gente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Marinho.

SR. LUIZ MARINHO: Obrigado, senhor Presidente. O deputado Wilson fala da questão da correção da tabela do Imposto de Renda, só queria, Deputado, agregar uma informação que é o seguinte. A partir de mil, quem ganha mais de 1257, não passa a pagar imediatamente, ter o impacto de 15%. O impacto de 15% é o adicional acima disso. Então, ele também, mesmo quem ganha acima de 1257, ele tem a isenção até 1257. E ele passa a ter um impacto de 15% no intervalo de 1257 até 1512. Se ele ganha

mais de 1512, a partir de 1512 ele passa a ter o impacto de 27.5, se ele ganha mais do que isso, não tem o impacto de 27.5 no conjunto do seu salário. É por faixa e vai mudando, então, todos têm o benefício da isenção até 1257. Então não é o impacto direto de 15%, quem ganha 1230 vai ter no conjunto do salário, é um impacto de zero vírgula sei lá alguma coisa, então, é um impacto pequeno. Só agregar essa questão. Em relação a questão dos aposentados, de fato nós devemos fazer um bom debate sobre isso, e quero reafirmar que o ministro Nelson Machado vai sentar com as entidades representativas dos aposentados para discutir essa questão e ver a possibilidade do que é possível fazer. Evidente, se nós no horizonte conseguirmos como disse o deputado Carlos Batata, você não inventa dinheiro, você não fabrica dinheiro, a economia precisa sustentar, precisa estar enquadrado no orçamento, eventuais possibilidades e aí nós precisamos eventualmente olhar no horizonte e discutir que política é possível além da política já existente? Não há no Brasil hoje nenhuma categoria que tenha garantido alguma correção no seu salário. Ele tem que ir lá, negociar, discutir, tal, a única categoria que tem garantido a sua correção da inflação para preservar o poder aquisitivo é exatamente os aposentados e pensionistas, a partir do reajuste da inflação no período. O que nós precisamos ver é o que além da inflação é possível eventualmente manter. Como a política que nós estamos aqui discutindo, e eu acredito piamente que nós chegaremos a uma política de valorização permanente do salário mínimo, certamente nós estaremos tendo a condição de melhorar na vida de milhões de aposentados, que estão enquadrados no salário mínimo ou próximo da faixa do salário mínimo ao longo do tempo. O Deputado Vicentinho, agradeço aí as palavras elogiosas, Vicentinho. Eu diria que nós estamos construindo essa questão, dentro da política permanente de recuperação do salário mínimo e valorização, estamos construindo essa conceituação e naquele calendário que eu aqui já coloquei e estamos à disposição para estabelecer, Presidente, dentro da pergunta do Deputado Vicentinho, qual a forma de parceria que podemos trabalhar, a Comissão quadripartite com a Comissão Mista do Congresso, para juntamente trabalhar essa política. Eu acho que seria bom para todos. Bom, deputado Carlos Batata, eu diria que o agronegócio é um setor da economia brasileira com uma grande contribuição no desenvolvimento do nosso país, é um setor que até há poucos anos atrás era considerado um setor atrasado e que rapidamente evoluiu e constituiu-se num setor de vanguarda da economia brasileira e tem contribuído de forma decisiva na balança comercial, para que o país tenha hoje uma balança comercial positiva e como tem dito o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que a agricultura ela tem, ela tem ciclos e nós estamos num ciclo problema, não é, nos preços de commodities e eventualmente impactado também pelo problema da seca no Sul e da aftosa. Mas é um ciclo que passará. Mas diria que agregado ao agronegócio tem outros setores da economia ajudando de forma também decisiva, não é, a partir de uma visão de Governo também. Nós saímos de um investimento de 2 bilhões de 2002 na agricultura familiar, para 9 bilhões sem deixar de investir no agronegócio, sem socorrer o agronegócio dos investimentos que o agronegócio necessita, de forma que é um conjunto da economia brasileira que está ajudando a construir o crescimento que neste momento, como disse V. Exa, ela é pequena, mas é pequena de forma sustentável. Isso é muito importante olhar para o horizonte e chegar à conclusão de que o Brasil pode crescer de forma sustentável por anos a fio, sem ficar na gangorra de cresce e desce que nós tivemos num passado recente do nosso país. Eu creio que isso está dada como uma condição para olhar para 2006 e observar que 2006 nós já temos condições de olhar para o horizonte, parecido com 2004 e não 2005. E olhar para 2007, 2008, 2010, 2020 num processo de crescimento até criarmos condições de curto espaço de tempo, ter como horizonte, como meta de que 5% é o mínimo que o Brasil precisa crescer e tem condições de crescer mais do que isso num curto espaço de tempo, para fixar esse patamar para o futuro. Eu acho que é esse o objetivo que nós precisamos trabalhar. Evidente que nós temos que ir construir as condições para isso e nosso Governo vem trabalhando para essa questão. Em relação a publicidade, eu não sei se essa condição que V. Exa propõe está dado, mas é um debate que eu creio que V. Exa. está lançando, que o próprio Parlamento poderia fazer um debate e há condição de eliminar qualquer tipo de publicidade de prestação de conta, seja por parte dos Deputados, dos Senadores, Senadoras, Deputadas, de Vereadores, porque nós, nós Parlamentares, também prestam conta, os boletins para a casa das pessoas é uma prestação de conta, é uma publicidade

que o Parlamentar está fazendo, não sei se temos condições de fazer isso, não é? Nós temos que ver todas as publicidades, porque, bom, em vez de fazer comunicação de massa o Governo vai mandar carta para todos os 180 milhões de brasileiros em casa. Quanto que custa isso também? Então, nós precisamos mensurar bem as propostas que nós realizamos, para ver se ela tem viabilidade de ser executada, mas é um debate que eu acho que nós podemos, a sociedade brasileira eventualmente possa fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Deputado Inácio Arruda.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, meu caro Relator Paulo Paim, Ministro Luiz Marinho, acho que V.Exa. está efetivamente de parabéns, em função do acordo que terminou sendo consumado na tarde de ontem, junto com o Presidente da República, acho que foi uma vitória você fazer uma proposta que há um consenso entre as Centrais Sindicais. E vem para o Congresso Nacional esse debate. Não significa que o Congresso perdeu o seu papel, ao contrário, o Vicentinho colocou aqui muito bem, alarga o papel do Congresso Nacional--

SR. LUIZ MARINHO: Com licença. O Deputado Wilson, não sei se ainda está na Casa. Eu considero que eu não respondi, não respondi completamente à questão dele. Eu queria aqui concluir mesmo com a sua ausência, que espero que alguém transmita a ele as minhas desculpas, de não ter respondido completamente a sua questão em relação as novas faixas e evidentemente eu pessoalmente acho que nós deveríamos fazer um debate em relação a questão tributária brasileira, particularmente as pessoas físicas e eventualmente ter outras faixas apesar da justificativa que eu dei aqui em relação a como enquadrar dentro das faixas aí. Desculpe Deputado.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Presidente, V.Exa. podia voltar o meu tempo? Meu tempo nunca volta, mas acho nesse relógio... Senhor Presidente, então, eu acho que foi uma vitória. Vitória importante. Pode avançar mais? Acho que temos que debater no Congresso Nacional, Câmara de Deputados e Senado da República devem discutir. E devem aproveitar esse êxito de negociação para ampliar a discussão nesta Comissão que tem esse papel de buscar uma política salarial de forma mais permanente para o salário mínimo, para correção de tabela de Imposto de Renda, que também é exitosa, foi vitoriosa a correção da tabela do Imposto de Renda. O resíduo que nós temos em 3 anos do Governo Lula é muito pequeno comparado a um resíduo de 8 anos do Governo Fernando Henrique. Deixou um resíduo de 39.5, na correção da tabela do Imposto de Renda contra 4.6, que é o resíduo que nós temos acumulado a partir dessa correção, isso é uma vitória, isso estimula o mercado interno intensamente. Eu acho que a política de salário mínimo, essa elevação com a variação menor entre o real e o nominal, 16% de variação nominal, 13% de variação real, isso estimula muito o nosso mercado interno. Eu acho que aqui nós estamos num caminho bom, paulatino, ainda pequeno porque salário mínimo de 350 no Brasil é pequeno, a nossa economia comporta até mais, eu acho que nós estamos dando passos mais significativos na política de salário mínimo. Nós temos teimado no PC do B, em relação à questão da política permanente de pegar o crescimento do PIB, pegar a variação da inflação com o crescimento do PIB e juntando sempre esses valores e crescer a questão da produtividade no trabalho, não pode a produtividade no trabalho aumentar significativamente, tem uma alta de produtividade imensa e uma queda vertiginosa na parcela do trabalho na economia nacional, isso não dá, nós teríamos que ajustar. Agora esse é um problema do Brasil exclusivamente? Não. Esse é um problema mundial. Você veja as notícias do mundo, o mundo diz o seguinte: O mundo está numa situação favorável. O Brasil poderia ter aproveitado melhor o crescimento mundial, mas com o crescimento mundial vantajoso, os únicos países do mundo que tem aumentado efetivamente a massa de presença de trabalhadores empregados é China e Índia. O mundo desenvolvimento chamado Europa e mesmo Estados Unidos, decaído essa massa de empregados. Então o Brasil tem chance nesse campo? Eu acho que tem, com a nossa economia bem desenvolvida pode avançar mais empregando mais gente. Eu acho que a política salarial mais permanente é um debate grande para nós Deputados e nós podemos aproveitar até mesmo a ação do Governo na hora que mandaram a mensagem para cá vamos analisar. Vamos analisar com ministro Marinho, vamos analisar com o Presidente da República, se cabe nesta

iniciativa nós trabalharmos a questão da correção do salário dos aposentados, se é possível, se não é, que tamanho de reajuste nós podemos oferecer, se pode puxar para abril, se vai para maio, ou já em junho, se a gente pode puxar um pouco mais essa correção para o mês de maio, para o mês de abril, acho que nós temos como fazer, é um momento bom para nós fazermos essa tomada de iniciativa porque essa matéria vem com acordo. Então isso nos ajuda aqui no Congresso Nacional. Então, senhor Presidente, meu caro ministro Marinho, eu quero reforçar esses aspectos positivos que nós estamos vivendo neste momento em relação à questão da política de salário mínimo. E como na discussão no Congresso Nacional exacerba-se o aspecto político sempre ele é comparativo. Nós comparamos sempre com o Governo anterior, que foi um Governo adversário nosso. Então nesse Governo adversário, a situação do salário mínimo foi muito difícil. Muito. Muito difícil, então eu acho que é nessa comparação que nós devemos mostrar os ganhos que nós estamos alcançando no nosso país. E por último esse problema também da inflação que sempre se levanta, os preços dos produtos primários estão reduzidos, nós lutamos para reduzir mesmo o preço dos produtos primários. Quem é que está favor de aumentar o preço dos produtos primários? Só quem quer ganhar e as vezes até especular com o preço do produto primário, Claro, na hora que o produto primário está com preços, digamos assim, muito abaixo do custo de produção, os Governos tanto dos Estados, quanto do plano nacional, tem a obrigação de entrar, estabelecendo políticas de preço mínimo para corrigir essa distorção que ocorre principalmente na produção primária brasileira, seja no agronegócio, seja em outros negócios na produção primária e acho que o Governo também deve estar atento aqui, para não permitir nenhum prejuízo a uma área que corre risco permanentemente porque depende muitas vezes da situação do clima no nosso país, veja o Sul agora, eu sou do Ceará, então lá nós não tivemos problema com seca, porque nós vivemos sempre... Todo o ano tem seca e seca grande. No Sul não, o Sul já é diferente, então, eles não têm seca. Quando vem uma seca, ficam meio apavorados. E a gente vai mandando a nossa experiência para lá, para dizer como é que se convive com uma realidade como esta. Então, eu acho que...

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): O tempo de V.Exa. está esgotado.

DEPUTADO INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Vou concluir. A inflação nós temos que mantê-la sob controle, não há dúvida, mas nós temos que estabelecer uma outra meta que eu considero que o Ministério do Trabalho tem um papel destacado. O Ministério do Trabalho não é só para discutir políticas de salário mínimo, fundos de garantia, aposentados, não, é para discutir o desenvolvimento porque isso que emprega mais gente e que amplia a participação do trabalhador na economia efetivamente, então eu acho que nós devemos discutir meta de inflação e meta de crescimento, Quer dizer, inflação menor do que cinco e crescimento maior do que cinco, eu acho que essa meta que nós teríamos que estabelecer no nosso país.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Passo a palavra ao nosso Vice-presidente. Deputado Barelli.

SR. VICE-PRESIDENTE DEPUTADO WALTER BARELLI (PSDB-SP): Senhor Presidente, Senador Paim, nosso Relator, Ministro Luiz Marinho e membros da nossa Comissão, Senadores e Deputados. Bem, o salário mínimo mau grado os seus efeitos econômicos, ele é um salário social, Conceição define o salário capaz de sustentar o trabalhador e sua família e define lá o que entra no cálculo do salário mínimo segundo a Constituição. Nós tivemos várias maneiras de corrigir o salário mínimo, o Estado novo, antes de fixar o primeiro salário mínimo, ele fez os inquéritos através de Josué de Castro e chegou ao que ainda hoje é usada, usar a cesta básica é usar um instrumento feito por Josué de Castro em 1938, fazer uma pesquisa para saber qual era a alimentação básica de cada brasileiro e isso foi utilizado para a fixação do salário mínimo e das várias regiões do salário mínimo. O salário mínimo inicial ele era revisto por Comissões de salário mínimo, que tinham as diversas participações da sociedade. Cada região lá tinha suas Comissões de salário mínimo, para ver se estava de acordo com as necessidades do trabalhador de sua família. No caso de negociação, a única negociação espero anterior a que o ministro Marinho fez, com centrais, foi feita pelo Jango, que deu 100% de aumento

de salário mínimo e determinou depois até a crise do Governo Vargas, o suicídio e assim por diante. Bem, o que nós estamos precisando, se é o salário social nós precisamos chegar a redefinir o que o Brasil quer que o brasileiro coma, como ele viva e houve várias transformações não só na alimentação, mas crescer os gastos de transporte, cresceram os gastos de alimentação. Isso tudo tem de ser pago pelo salário mínimo que o trabalhador ganha, então, é importantíssimo a gente, nessa discussão, verificar qual é o novo padrão de vida da população brasileira e pagar aquilo que custa viver no Brasil de acordo com a nossa Constituição. Nesse período nós criamos uma série de outras formas de participação, aí as diversas maneiras de resolver a questão da pobreza, os vários mecanismos de renda mínima, a renda básica de cidadania são colocadas, mas o salário mínimo ele continua sendo o grande instrumento social que tem, inclusive, seus parâmetros. Então, esta Comissão e a Comissão presidida pelo ministro Luiz Marinho vai ter que chegar a alguma coisa. A pergunta que foi feita aqui sobre o Imposto de Renda dá um parâmetro, Um possível parâmetro. A fazenda não quer arrecadar nenhum Imposto de Renda de quem ganha até 1257, 1257 é muito próximo do salário mínimo que o Juscelino pagou em 1959. Tá? Bom, esses parâmetros existem e nós precisamos nas nossas Comissões, as duas que existem, começar a trabalhar para definir, olha, brasileiro hoje não pode viver menos de tal, tal remuneração, que vai valer inclusive para as demais, né? Porque hoje as remunerações pagas aos brasileiros são também a bolsa família de 90 reais, se tem três filhos ou mais, né? Então, são coisas que precisam ser equacionadas. Então, a minha pergunta é ao ministro como que nós vamos começar a chegar a um padrão, não do que será o salário mínimo de 2007, mas o salário mínimo que vai ser efetivamente o alvo de uma política de valorização? Até onde nós poderemos ir?

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Senhor Presidente, senhor Vice-presidente, senhor Relator, senhor Ministro, senhores Senadores, Deputados... Não tem Senadoras nem Deputadas.... Bom, em primeiro lugar eu gostaria de pedir desculpa ao senhor Ministro, ao Presidente, por ter me ausentado. Eu estava na CCJ. Nós temos sabatina hoje de quatro Ministros do Superior Tribunal do Trabalho, que felizmente foram todos aprovados com louvor. E três homens e uma mulher. O importante é isto, não é? E gaúcha, não é? Oi? Pois é, são tão poucas, mas a gente vai chegando ao poder. E também estava na Comissão Mista do Orçamento e por isso eu não estive presente. Mas eu, inclusive, Ministro, não vou fazer perguntas, mas fazer uma colocação rápida que, aliás, me parece que essas questões já foram colocadas, eu não pude estar presente o tempo todo. Acho que nós não temos mais o que discutir da importância do salário mínimo e como ele foi discutido, como ele foi trabalhado, né? Historicamente eu diria que fazendo um coote(F) de Barelli a Paim, né? Através dos tempos, essa questão sempre foi tão trabalhada e com tanta dificuldade, né? As dificuldades ainda existem e todos nós sabemos que 350, não é o dos nossos sonhos, de jeito nenhum, mas que a gente está vendo aí um ganho real, etc. E que o importante mesmo agora e aí eu saúdo esta iniciativa dessa Subcomissão, da qual eu sou membro suplente, mas sempre que posso estou presente porque eu acho da maior relevância e a partir do momento que o salário mínimo foi definido, algumas pessoas eu até vi ali: "Ah, mas vai para a Comissão do Salário Mínimo, já foi definido." Isso é um equívoco, a definição deste número eu diria que é o menor, apesar de que é importantíssimo, mas é o menor em termos de decisão, de como alcançar esse número, seja ele este ano, ano que vem, o outro ano. O importante realmente é o papel dessa Comissão. É o papel dessa Comissão para definir uma política permanente, não é? De salário mínimo e principalmente da forma como o Relator já expôs hoje de manhã com a participação do Presidente e do Vice-presidente como foi definido, como foram definidas as estratégias de trabalho, não é? E a descentralização dessa discussão, desse debate pelo Brasil afora. E aí que eu vejo como a maior importância que o país esteja percebendo isso, seja toda a população, brasileiros e brasileiras, trabalhadores, independente de ganhar o salário mínimo, eu diria que independente, mesmo aqueles que tem salários estratosféricos, etc. Realmente se conscientizarem da importância que tem o salário mínimo no ganho real, de uma melhoria da qualidade de vida da população mais despossuída, vamos dizer, desse país que é aquela que, aliás, mais despossuída é aquela que não ganha o salário mínimo, mas

dessa que ganha o salário mínimo, para melhorar da qualidade de vida da população. Então, essa estratégia eu diria que ela é da mais alta relevância e se nós realmente da Comissão conseguirmos, senhor Presidente, levarmos avante essa discussão de forma descentralizada e chamando a população, chamando a população para uma mobilização, para conscientização da importância de termos essa política permanente, eu diria que é o grande salto, Ministro, é o grande salto que o nosso Governo dá, é se realmente não só tivermos esses aumentos gradativos como estamos tendo, infelizmente já vamos para o último ano, mas podemos ter mais quatro anos aí pela frente e o Congresso Nacional, o papel do Congresso Nacional com essa Comissão Mista, para definir uma política permanente vai ser histórico para o Brasil, vai ser histórico para o Brasil, para a população que tem a questão do salário mínimo como seu ganho de vida. E aí tem essa questão que já foi colocada por vários e, inclusive, acentuada bastante pelo nosso companheiro Paulo Paim, que é também trabalharmos essa questão dos pensionistas e aposentados que correm nessa faixa de um pouco mais de salário mínimo. Isso aí realmente é da mais alta relevância, para que se resolva um problema dramático também existente que é dos pensionistas e dos aposentados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente Deputado Jackson Barreto, Vice-presidente Walter Barelli, Senador Paulo Paim Relator, Ministro Marinho, senhores Senadores, senhoras Senadoras. Evidente que nós temos que louvar a sensibilidade do Governo e o próprio Ministro, o Presidente Lula de terem chegado a um ganho real efetivo esse ano de 13%. Os dados técnicos mostram realmente esse crescimento e eu quero apenas lembrar que isso é fruto também do esforço político muito mais amplo, no qual se insere exatamente os sindicatos, se insere os trabalhadores, o Congresso em si, a resistência no ano passado do próprio Senador Paulo Paim e da própria oposição que tem feito oposição responsável e madura ciente de que não é fácil aumentar o salário mínimo. Daí a importância dessa Comissão nós buscamos uma alternativa, se nós formos olhar aí o próprio gasto mostra, nós tivemos aí ganho real, realmente mesmo do Governo passado, um ganho real semelhante ao ganho real que se tem agora, o ganho real desse produto de quatro anos é um pouco maior do que 25%, o outro teria sido 20%, e ainda longe, entretanto, da promessa que o Presidente Lula fez que era de dobrar em valor real o valor do salário mínimo. É claro que eu mesmo como ex-Governador que fui, que sou, eu sei que não é simples cumprir uma promessa dessas, mas então não fizesse a promessa, a promessa foi feita, apesar do aumento real acumulado de 25%, está longe do valor de dobrar que seria 100% de aumento. O que se coloca Ministro, que eu queria colocar aqui ainda, é essa dificuldade do salário mínimo com indexador, fruto da realidade brasileira, da nossa história de quase 30 anos de altos índices de inflação, o salário mínimo acabou sendo um indexador e como indexador, mesmo passando 11 anos ele ainda funciona assim, em várias atividades e esse, portanto, é um problema que nós temos para frente, eu diria que aos trancos e barrancos o salário mínimo tem tido um aumento real, no Governo passado e no Governo atual, agora que nós podemos garantir esse aumento real mais para frente, mesmo para essa questão dele sendo um indexador. Então eu gostaria de ouvir a sua opinião a respeito e de qualquer forma deixar aqui realmente a palavra da oposição de cumprimentos, porque é sem dúvida alguma o Senador Paim também concorda, evidentemente, é um avanço que se tem com esse valor de 350 reais.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Vamos fazer uma concessão e o Senador Garibaldi nos pediu a palavra e nós vamos concedê-la. É o nosso último orador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senhor Presidente, Deputado Jackson Barreto, senhor Ministro Luiz Marinho, senhor Senador Paulo Paim, senhor Deputado Walter Barelli. Senhor Presidente, eu não vou fazer nenhuma pergunta ao ministro e vou apenas fazer um registro aqui a respeito de um avanço que nós tivemos condições de proporcionar, quando na qualidade de Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias há dois anos passados. Que foi uma proposta que eu lembraria hoje, até como subsídio para essa Comissão que trata de uma política permanente para o salário

mínimo uma proposta que nós fizemos de que o salário mínimo fosse reajustado pelo Produto Interno Bruto. E o Governo, naquela oportunidade representado pelo Ministro Antônio Palocci, resolveu aceitar, mas condicionou ao Produto Interno Bruto per capita e isso realmente não deixou de ser uma conquista, mas a conquista maior seria se nós tivéssemos tido o reajuste pelo Produto Interno Bruto. Então eu queria fazer esse registro, me congratular com essa Comissão, me congratular com o ministro pelo novo salário mínimo, com o senador Paulo Paim que permanece vigilante com relação ao problema do salário mínimo, do seu reajuste e agora da sua política através dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o Ministro Marinho.

SR. LUIZ MARINHO: Bom, obrigado, Presidente. É... Bom o Deputado Inácio Arruda fala aqui da questão de termos para o futuro meta de controle da inflação, controlar a inflação abaixo dos cinco e ter uma meta de crescimento acima dos cinco, Eu acho que essa é a combinação perfeita que todos os brasileiros e brasileiras desejam e esse é o que nós estamos buscando alcançar, controlar a inflação nem que seja com dureza, que eventualmente provocou aí os estragos que tenham eventualmente provocado no caso do PIB desse ano particularmente terceiro trimestre, mas não permitir que a inflação retome de maneira alguma e a partir daí criar as condições para que o PIB possa crescer a partir de medidas como essa, que nós estamos discutindo aqui, como crédito para os trabalhadores, como crédito para pequenas e microempresas, como o papel que o BNDES possa desenvolver, Banco do Brasil, assim sucessivamente olhando para o futuro do país como um crescimento contínuo, de forma sustentada acima de tudo que nós precisamos ter. E deixar para trás a época e a fase, não é Barelli? Dos pacotes, não é, lembra, vira e mexe, chamávamos o Barelli lá, então, o coordenador técnico do DIEESE para nos explicar os pacotes que os Governos lançavam a cada ano, três vezes por ano e assim sucessivamente e provocava tanto estrago na saúde econômica do país, que essa fase seja parte do passado da história do Brasil e que nós possamos de forma sustentável construir o nosso crescimento. De fato esse é um momento bom no cenário internacional e esse cenário internacional, bem nos aponta também horizontes para que possamos criar condições de olhar para a economia em 2006 e ver a possibilidade de um crescimento maior do que foi em 2005 e projetar para 2007, 2008, 2012, sucessivamente um crescimento que possa ir crescendo ao longo do tempo de forma sustentável, mas também lembrar que os números e empregos do Brasil nesses últimos anos têm sido bastante significativo, nós tivemos em 2005, apesar de um crescimento do PIB aquém da nossa, da nossa pretensão, do desejo e da satisfação de todos, mas ele teve o impacto de crescimento do CAGED um milhão 254 mil novos empregos, uma média de 104 mil e 500 empregos a cada mês. Se compararmos com a economia com a americana que é dez vezes maior do que a nossa economia, geraram em média mês, duzentos mil empregos, metade do que eles geraram e pelo jeito de funcionar da economia, com investimento no social e nas pequenas empresas e que tem crescido e há uma demanda possível de crescermos significativamente o número de empregos no Brasil, Se nós crescermos a ordem de 4 e meio a 5% este ano, nós podemos falar com carteira assinada a ordem aí de agregar mais de um milhão e meio de empregos nesse ano de 2006 no mercado de trabalho brasileiro, de forma que é só controlar por aí e projetar de forma sustentável que eu acho que o futuro do Brasil será, será positivo daqui para frente. Bom, o ministro Barelli, na verdade, faz uma pergunta que é papel nosso construirmos e chegarmos à resposta da pergunta que ele faz, né? Onde podemos chegar? E aí nós vamos ter que projetar para descobrirmos onde será possível, qual projeção que teremos para cinco, para dez, para quinze, para 20 anos, eu acho que nós temos que trabalhar para a projeção de 20 anos com (?) A política permanente de valoração, para os próximos 20 anos, evidentemente com as reavaliações que nós tenhamos que fazer anualmente, bianualmente, trianualmente e assim sucessivamente, de forma que nós vamos monitorando esse crescimento até porque os debates não estariam eliminados totalmente, O que nós teremos é uma política mínima de valoração anual, mas evidentemente nós possamos olhar a partir de cada ano, ou a partir de cada X tempo, se há espaço no orçamento para agregar ganho além do que está estabelecida a política mínima de valoração do salário mínimo. O que nós evitaríamos é o que

aconteceu particularmente na década de 70, 80 até meados da década de 90, que foi uma queda brutal do poder de compra do salário mínimo, Para ter idéia, Senador Azeredo, quando o senhor chegou, me parece que nós tínhamos apresentado as damadas(F) que o senhor tem em mãos, mas no ponto a ponto, apesar de ter tido os vários aumentos reais ao longo do tempo, este ponto, seria comparado com novembro de 85 igualmente, todos os pontos no meio disso seria inferior do ponto de vista do poder real de compra desse momento, e se pegarmos a média no ano ele voltaria para o ano de 80, então, podemos falar que não que este aumento é o maior aumento dos 25 anos, dos 20 anos, mas que ele volta à composição do conjunto do período, cria nesse momento o mesmo poder de compra de no mínimo 20 anos atrás, eu acho que isso é importante a gente ter como processo de esforço conjunto do país, não simplesmente do Governo Lula, evidentemente que há muita gente fazendo esforço e ajudando a construir esse momento aí. Bom, Barelli, nós trabalhamos, né... Além da... Nós temos, criamos nas quatro Subcomissões na Comissão quadripartite, uma que está trabalhando a lógica de qual impacto o salário mínimo trará para a distribuição de renda, a outra para as finanças públicas, a outra para a produção e emprego e o salário mínimo de forma constitucional, né. Qual a... O que estabelece a nossa Constituição em relação ao salário mínimo, nós temos levado em consideração exatamente os problemas de custo de vida, mas é preciso tempo, evidentemente tanto para nós quanto para a Comissão Mista, trabalhar mais estudos e pesquisas em relação ao orçamento familiar. E você fez uma referência ao maior salário mínimo no período de 40 para cá e se deu exatamente em 57, no valor que seria reajustado para os dias de hoje 1120 reais e 61 centavos, segundo estudo do nosso glorioso DIEESE. De forma que acho que nós estamos muito distantes nesse momento, estamos muito distantes e deveríamos, talvez, pensar no estudo que deveremos fazer ao longo do tempo, tanto para a Comissão quadripartite, quanto para a Comissão Mista, as várias mudanças que o Deputado Barelli se refere, das transformações porque passaram as despesas e orçamentos das famílias e também a diferença do mercado de trabalho de hoje para a década de 40, não é? Década de 40 nós não tínhamos com a presença que temos hoje, por exemplo, as mulheres do mercado de trabalho, isso tem alguma reflexão ou não tem, isso é uma coisa para ser levada em consideração? Você pode ter algumas despesas que aumentaram o impacto no orçamento das famílias como no caso do transporte, mas nós não tínhamos, por exemplo, alguns programas de políticas públicas que temos hoje, no passado não tinha, hoje tem. Então isso também tem que ser analisado e assim sucessivamente. São coisas que de repente pode se remeter para o outro valor constitucional, não é? Mas é um trabalho de foro que talvez, né? Não será esse ano que a gente vai conseguir chegar a isso. Mas a tua pergunta é a pergunta que nós devemos debruçar sobre ela ao longo do tempo para responder...

NÃO IDENTIFICADO: É que é assim. Com a inflação nós trabalhamos com rigidez e com prazo. Esse ano nós vamos atingir a meta de 5 ponto tanto, no outro 4 ponto tanto. Era mais ou menos conseguir alcançar 20 anos para recuperar, mas nós vamos, assim, no próximo ano é assim, no próximo ano assim, porque senão a gente...

SR. LUIZ MARINHO: Não, não, não. Está perfeito. Eu acho o seguinte, se você trabalhar uma política permanente por X ano nós teremos uma política mínima de recuperação. A cada dois anos o conselho, ou a Comissão, ou a Comissão Mista junto com o Governo vai analisar para ver o que é possível agregar aquele ganho mínimo que está estabelecido como política. Você vai projetando para 20 anos, o que nós queremos para daqui a 20 anos em relação a esses valores aqui constitucionalizados. Isso é uma possibilidade que eu acho que dá para trabalhar, pelo menos, evidente que quando você vai discutir com área econômica, sempre há muitas dificuldades e um medo em relação a essas coisas. Evidente, toda área econômica de qualquer Governo, não é Azeredo? Tem essas dificuldades, mas nós aqui, está certo. Eu, pelo menos, eu tenho plena convicção de que é possível a gente trabalhar com isso. A senadora Serys faz vários comentários em relação a essa questão, mas não tem uma pergunta em si e o Senador Eduardo Azeredo pergunta: "Como garantir, construir levando em consideração o problema do salário mínimo ser considerado como indexador?" Ele já, ele no passado já foi indexador mais forte do que é hoje, eu acho que a... Eu até já me posicionei aqui não sei se V.Exa. estava, mas, por exemplo, ele era um indexador para o piso previdenciário e eu

particularmente acho que tem que ser mantido assim, apesar de muita gente, mesmo no Governo, fora do Governo achar que eventualmente deveríamos discutir essa questão, mas eu tenho uma posição que seria muito positivo continuar como o piso previdenciário porque é uma forma de distribuir renda, particularmente das regiões mais empobrecidas, mas é uma discussão que também a sociedade brasileira tem que realizar e tem que fazer de como trabalhar esta questão. O senador Garibaldi diz, fala da proposta, construída e apresentada, de ter uma política permanente já incorporando e, na verdade, já se tornou prática e conquista desta Casa e da sociedade, de que a peça orçamentária já vem além da inflação, incorporando o PIB per capita e a proposta da Senadora era de que fosse simplesmente o PIB e tem me parece que no Senado tramitando também uma proposta, tem várias propostas tramitando, mas uma delas o Senador Romero Jucá que propõe me parece um PIB e meio per capita como política permanente, de forma que eu acho que nós devemos debruçar sobre o conjunto de idéias para estabelecer qual é a política que nós devemos ter para o Brasil. Com a convicção e a certeza de que nós podemos construir particularmente para homens e mulheres que ganham o salário mínimo, para o futuro próximo do país uma política permanente para responder essa ansiedade e que certamente trará ganhos positivos para o dinamismo econômico, eu acredito que isso ajuda no dinamismo da economia brasileira, no crescimento da economia, impacto no mercado de trabalho, na geração, inclusive, de empregos, de forma, Presidente, que eu posso já encaminhar para os agradecimentos? Queria... Ah, o Relator vai falar? Desculpe. Então, fico aí no aguardo ainda do Relator, mas agradeço aí os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Eu passo a palavra ao Senador Relator da Comissão Paulo Paim.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Jackson Barreto, nosso Vice-presidente Walter Barelli e nosso Ministro Luiz Marinho, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Eu queria dizer em primeiro lugar que considero muito, muito importante a decisão do Congresso Nacional de, enfim, instalar uma Comissão Mista para debater o salário mínimo, Nós, durante esses 20 anos que debatemos esse tema na Casa, nunca tivemos Comissão Mista, sempre tivemos uma Comissão na Câmara e no Senado. Felizmente no fim do ano retrasado, mediante uma proposta de um Decreto Legislativo que eu encaminhei, o Congresso aprova por unanimidade que iria instalar uma Comissão Mista, infelizmente durante todo o ano passado não instalou, esse ano que passou nós instalamos a Comissão Mista que começa então a funcionar. Quero também cumprimentar o Ministro Marinho pela forma como tem encaminhado esse debate junto com as Centrais Sindicais, Ministro, eu vou ser muito franco aqui da forma como aqui foi dito que eu já falei no mínimo esse ano 220 vezes sobre esse tema.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): 222...

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Hoje 222, então. Primeiro Ministro, eu confesso que nós trabalhávamos aqui na Comissão desde o primeiro momento com a idéia centrada nos 400 reais. Mas lembro também que a peça orçamentária falava em 321 reais. Ora, nós que viemos o movimento sindical sabemos muito bem quando você entra com a proposta original e o processo de negociação é construído, dentro daquilo que é possível, reconheço o avanço que houve de 321 para 350, acho importantíssimo o papel das Centrais Sindicais, desse processo de negociação e entendo que V.Exa. merece aqui também as nossas homenagens, não só pelo trabalho de postura a realizar, mas pelo atendimento de pronto no momento em que foi convidado a vir falar nessa Comissão. V.Exa. foi avisado cerca de quatro ou cinco dias e respondeu para o Presidente, para essa Relatoria também, que poderia estar aqui já nessa quarta-feira fazendo a exposição da visão do Governo sobre o tema e o que o fez muito bem. Ministro, com certeza a proposta que vem à Casa já vem sustentada pela visão das Centrais Sindicais, mas eu digo sempre aqui, vou repetir a V.Exa., que quem vai dar a última palavra sobre esse tema, e V.Exa. foi muito feliz porque abriu dizendo isso já, olha eu costurei(F), avancei no que deu, cheguei a 350 e vou encaminhar para Casa esse debate, nós aqui faremos o debate sobre o tema a partir da proposta que chega do executivo. Eu quero só fazer um pedido à V.Exa., pedido número um: Eu não

gosto de Medida Provisória, nunca gostei e fui constituinte da Casa e todo mundo sabe de 86 para 88, A mania de todos os Governos de encaminhar projetos para Casa via Medida Provisória, Se esse projeto construído pelo acordo costurado por V.Exa., principalmente, e naturalmente pelo Presidente Lula, puder chegar à Casa via um Projeto de Lei, para mim é muito bom, é também uma inovação, Vai ser acho que nos últimos 15 anos, pegando 88 para cá, no mínimo 15 anos, que a proposta do salário mínimo chega ao Congresso Nacional via um Projeto de Lei, que claro que vai ser dado urgência, urgentíssima por todos os líderes para que seja votado rapidamente e não via Medida Provisória.

NÃO IDENTIFICADO: É bom para V.Exa. e para todo o Congresso Nacional. Para todos nós. Muito boa a sua sugestão.

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fortalece essa construção feita pelo executivo e que vem à Casa eu tenho certeza que vai tramitar aqui com rapidez. Ministro, eu insisto muito também em dizer e felizmente na caminhada no longo da história, olha uma vez quando nós falávamos em salário mínimo é comum ouvir dizer: "Ah, salário mínimo é entregue só a 3 milhões de pessoas." O Paim fica insistindo aí em 20, 30, 40, 50 e eu continuo dizendo que o salário mínimo repercute sobre a vida de 100 milhões de brasileiros. É só pegar a soma pelo Ministério e vamos analisar que no mínimo, no mínimo a família dos brasileiros você tem que botar no mínimo mais duas pessoas. No mínimo umas duas pessoas. Se é 40 milhões, 3 vezes 4, 12, você chega, você chega tranquilamente a 100 milhões de brasileiros que estão na expectativa dessa importante decisão, Aqui foi colocado, ministro, eu sei que V.Exa. é simpático também a essa idéia. Eu acho que nós devemos caminhar rapidamente de tirar toda a contribuição. Eu tive um debate com os fiscais da previdência e eles sabem que eu respeito eles e eles me respeitam, toda a contribuição de empregado e empregador da folha de pagamento. Nós estaríamos diminuindo em 33% os encargos sobre a folha e trabalharmos com um número que será construído naturalmente com o executivo, principalmente, sobre o faturamento. Se é faturamento ou lucro, bom, vamos lá, vamos dizer que é faturamento. Tudo bem. Vamos achar um percentual sob faturamento e esse percentual com certeza vai melhorar a caixa da previdência. Todos nós sabemos que a tendência mundial é diminuir o número de homens e mulheres trabalhando. Devido ao que? Não é porque alguém é ruim ou bom. É devido à tecnologia, a automação robótica cibernética está aí e a tendência é queremos ou não, e a história mostra que o faturamento aumenta, infelizmente a nível internacional o número de trabalhadores e empregados diminui, Isso é um fato real. A folha de pagamento vai cada vez diminuir. E aí é um debate eterno e não com V.Exa. Nós vamos convidar o Ministro da Previdência para vir aqui sobre essa história de que a previdência é deficitária. Eu quero só discutir o tema, em um momento adequado e é nessa Comissão. É deficitária sim porque na hora de fazer o debate é computado a contribuição do empregado e empregador, que está em declínio, que está descendo. Agora as outras fontes do recurso da previdência que nós constituintes colocamos, Cofins, CPMF, faturamento, lucro, PIS, enfim, e mais seis de contribuição, se elas forem todas colocadas, no conjunto que é a seguridade social leia-se saúde, previdência e assistência e vamos deixar só o percentual para a deficiência dá para fazermos um bom debate, eu quero dizer que dá para fazermos um bom debate para construirmos uma proposta que viabiliza a previdência e viabiliza a situação dos aposentados e pensionistas. Essa Comissão, Ministro, vai ter que enfrentar esse debate da situação dos aposentados e pensionista, Porque é um engano de parte eu diria da sociedade organizada, de dizer o seguinte: "Essa questão do salário mínimo não interessa a quem ganha mais do salário mínimo." Um grande engano. Um grande engano. Calcule os senhores, um cidadão que vai se aposentar hoje e que ele ganha oito salários mínimos. Pois bem, isso é um fato real, pegue aí o tal fator previdenciário, ele se aposenta já com 25% a menos do salário que ele está recebendo em folha. Perde, se ele tem na empresa provavelmente auxílio transporte, alimentação, farmácia, subsídio, alguma produtividade, subsídio, tudo ele não vai ganhar mais, então é um redutor natural de sair da atividade para aposentadoria em torno de 40%. Pois bem, e se dali para frente ele passar a receber somente a inflação e não tiver um reajuste que garanta o seu poder de compra, eu quero dar um prazo aqui, fica o tempo para me provar se eu estou errado. Eu não dou oito anos e todos os trabalhadores do regime geral da

previdência vão estar ganhando um salário mínimo. E não é um salário mínimo descente não, porque quando eu fui constituinte o que me disseram? E vossas contas são colocadas muito bem: "Olha vamos desindexar o salário mínimo dos benefícios dos aposentados, porque aí nós vamos elevar o salário mínimo." O que nós estamos provando hoje? 1885. Hoje 2005, 2006, 2007, nós estamos voltando ao valor de 1885 em matéria de aumento real. Significo o que? Nós desindexamos e o salário mínimo afundou, então, o discurso de desindexar é a maneira de aumentar? Não é verdadeiro. Não é verdadeiro. Não é verdadeiro. Então, o que nós entendemos que temos que fazer também no longo desse debate, V.Exa. aqui é parceiro, para o debate, que V.Exa. claro nem pode se comprometer, nós vamos ter que aprofundar o debate também com o Ministério da Previdência, e sob talvez a coordenação de V.Exa. dentro da esfera de Governo para construirmos uma proposta que leve em consideração a situação dos nossos aposentados e pensionistas. Eles terão que ter alguma forma de recuperação das perdas acumuladas, se pegarmos hoje o aposentado e o pensionista ele tem já um redutor de 70% nos vencimentos originais que recebia. E pode pegar o poder de compra que é um debate que nós vamos também fazer. Ministro, eu sei que V.Exa. não usou o termo e respeito cada vez mais V. Exa. Eu vou ter que usar aqui, eu sei que o Vicentinho também não usou porque ele disse: "Olha, esse debate dos 100 dólares está descartado. Não é motivo mais de debate." Mas nós temos que ter claro pessoal, eu sei que nós temos que ter provocatório e até de uma brincadeira, "Ah, mas os 100 dólares." Pessoal, o dólar caiu no mundo todo, ou alguém acha que o dólar caiu só no Brasil? Só desvalorizou no Brasil? E tudo bem, o dólar é o que usa para ter uma referência internacional em matéria de salário mínimo, agora se vocês pegarem o seguinte, vamos pegar em dólares o valor do salário mínimo só aqui no Mercosul, pega em dólares, e pega a moeda de cada país e vamos fazer esse debate. Então esse argumento não é válido. Válido é o argumento que V.Exa. está usando. E V.Exa. usou muito bem aqui que é do poder de compra, aí sim, esse se sustenta, agora o dólar eu considero que é uma brincadeira quando dizem o seguinte: "Queriam 100 dólares." Como se o dólar valesse um por um. Então, nós vamos reduzir o salário mínimo para 100 reais? [Risos]

SR. RELATOR SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quer dizer que não é sério, alguns que colocam esse debate... Não, mas vocês não queriam os 100 dólares. Não era só eu. É o conjunto do movimento sindical, das forças políticas, quantas vezes tivemos juntos, o próprio Marinho quando estava na CUT. Agora, se o dólar despenca. Tudo bem, então, eu vou botar o Euro. Vou querer 400 Euros. É fácil essa explicação para não ter dúvida que ninguém apresenta projeto em dólar porque não pode, é inconstitucional e é ilegal, você usa como uma referência para o grande debate e o grande debate internacional continua, se nós pegarmos todos os países do mundo, ora, vamos ver o salário mínimo de todos os países no mundo. Mudou alguma coisa? Não mudou nada. No lugar que nós estávamos há 10 anos atrás em dólar nós vamos continuar, esse não é o debate, o debate é o poder de compra que aqui o ministro colocou muito bem e mostrou que efetivamente nós avançamos. Ministro, para concluir eu tenho certeza, nós haveríamos de fazer uma grande parceria com o executivo. Nós programamos aqui os encontros regionais, gostaria de informar V.Exa. por escrito, 10 de abril em Curitiba, 24 de abril em São Paulo, 08 de maio em Campo Grande, 22 de maio em Salvador e 05 de junho em Manaus. Depois iremos ainda a Porto Alegre, Rio de Janeiro, Cuiabá, Aracajú e Belém, num organograma de ouvir a sociedade em cima daquilo que foi o eixo da sua palestra no meu entendimento. Eu não estou aqui discutindo não, se o salário mínimo é 20 a mais ou 20 a menos, não é essa a questão, o eixo para mim do debate são dois. Como ficarão os aposentados e pensionista, se nós somos, seremos rapidamente o quinto país mais velho do mundo, ou seja, da população mais idosa do mundo. Estamos aí no estatuto do idoso que é uma obra coletiva do Executivo e do próprio Congresso Nacional. Como ficará a situação dos idosos e como ficará a política de recuperação permanente do salário mínimo? E aí ministro, eu que não sou de bajulação, eu vou dar um dado aqui que nem todos perceberam. Há mais ou menos 3 anos atrás eu apresentei o seguinte projeto, o salário mínimo será corrigido conforme a inflação e o dobro do PIB e não per capto. Teve alguém que disse que era demagogia, agora eu vou dizer para V.Exa. que os últimos dois reajustes dados pelo Governo Lula superaram a proposta, o ano anterior deu o dobro do PIB, faltou acho que cinco centavos. Esse ano é três vezes eu diria, ora, se 3 do aumento do real, o PIB é 4, é três vezes o PIB. E não é nem o PIB per

capita é o PIB real. Então essa proposta da inflação mais o dobro do PIB, pessoal, ela tem uma lógica, se o país cresceu, ficou mais rico, nós todos gostaríamos de olhar para os mais pobres e porque não dar o dobro do PIB? Bom, o país cresceu 1%. Vamos dar 2% para os pobres. Se o país cresceu 3, vamos dar 6. O Governo Lula agora, esse ano provavelmente deve ser 4, não é Marinho? O PIB deve ser 4 esse ano, que fique em torno de 4, está dando 13, que seja, 3,5, está 3 vezes o PIB e não somente o dobro. Então tem uma lógica de que se o país cresce e fica mais rico, vamos olhar para os mais pobres. Mas isso também, Ministro, eu quero ser muito claro com V.Exa. e com todos os nossos convidados e nossos Deputados e Senadores, eu entendo que a melhor proposta é a proposta construída por todos nós, não porque tem que ser essa, uns falam num valor de uma cesta básica, enfim, como aumento real acima da inflação, eu quero dizer que na relatoria dessa Comissão, nós vamos acompanhar a vontade do conjunto da Comissão, aqui não existe vontade pessoal do relator, tenho certeza, nem do Presidente, do Vice-presidente e nós gostaríamos muito mesmo disso de construir uma proposta de política permanente de recuperação do salário mínimo. Eu tenho dito e vou encerrar aqui, que não sei se concorro ainda daqui a 5 anos. Estou pensando muito na minha vida política, se saio da minha vida política, mas eu vou sair gratificado, se eu sair desse mandato de Senador, eu ouvi algo semelhante de V.Exa., mas deixando, contribuindo para que nós tenhamos para o país uma política de salário mínimo permanente, que recupere efetivamente o poder de compra do nosso povo, da nossa gente, não vou aqui falar que na época do Juscelino chegou a 600, Getúlio chegou a 450, 500. Eu acho que nós temos que construir na nossa história, na nossa era, uma política que efetivamente valorize aqueles que sempre pagaram a conta na nossa história, que são os mais pobres e que nesse momento estão numa expectativa muito grande da política a que nós haveremos de construir. No mais comprimento a V. Exa. Tenho certeza que faremos um grande trabalho coletivo e Oxalá Deus, chegue no fim do ano, desse ano aqui a gente tenha uma proposta construída com o executivo e aprovada pelo Congresso que vai influir positivamente na concessão da própria peça orçamentária. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Com a palavra o ministro Luiz Marinho, Ministro do Trabalho.

SR. LUIZ MARINHO: Bem, Senador Paim. Eu vou encaminhar ao Presidente Lula a solicitação que V.Exa. aqui formulou. Eu imagino que seja aqui, vou considerar como uma formulação da Comissão.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Da Comissão.

SR. LUIZ MARINHO: E encaminharei ao Presidente Lula, o pedido que vocês fazem de que seja pelo Projeto de Lei não por Medida Provisória, evidentemente, que essa não é a decisão que está afeto à minha decisão, evidentemente, o Governo trabalhará essa questão. Em relação a vários aspectos que V.Exa. faz em relação ao debate, eu já disse aqui e quero reafirmar a concordância da transferência da contribuição com a previdência da folha de pagamento para o faturamento das empresas, eu acho que seria melhor, pegar qualquer grande empresa, um grande banco, quanto que tinha de funcionários, quanto tem hoje, você pega uma Ford, uma Volks, uma GM, uma Fiat, qualquer uma delas, quanto tinha na década de 80, quanto tem hoje, quanto produz hoje, hoje produz muito mais com muito menos funcionários e, portanto, está contribuindo menos para a Previdência, devia manter a sua contribuição para a previdência pelo faturamento até para contribuir com o desenvolvimento do país, então, eu concordo plenamente com essa visão. E quero afirmar também que os constituintes foram muito felizes em pensar uma proteção à rede de proteção social para o conjunto da sociedade brasileira, a partir das receitas disponíveis para esse conjunto de despesas e acho que o debate, muitas vezes, é feito de forma enviesada do que é e o que não é, o tamanho do déficit do conjunto da seguridade social da saúde e da previdência. Nós temos que para falar em déficit, nós temos que colocar o conjunto das receitas e o conjunto das despesas, certamente ainda haverá déficit, mas o déficit é muito menor do que muitas vezes a gente fala. Agora eu queria pegar uma informação que o Nelson Machado, o Ministro Nelson Machado quando estiver aqui, vai poder colaborar mais com essa questão, mas neste ano a projeção do déficit da previdência sobre esse conceito trabalhado até aqui, a projeção era para 45 bilhões, posteriormente foi diminuído para 41

bilhões e o real será 37 milhões e meio, como resultado já da política de gestão implementada nessa gestão de Governo e o cadastramento acreditamos que trará uma melhoria nesses números para o futuro aí da Previdência Social brasileira, eu acho que são coisas importantes. Eu sinceramente eu não gosto muito, nunca gostei de trabalhar com a comparação dólar, mesmo quando o debate era muito forte na reivindicação dos 100 dólares, eu alertava internamente na CUT, que olha, cuidado com essa reivindicação, porque daqui a pouco pode haver uma mudança do câmbio e atender os 100 dólares sem mudar absolutamente nada o poder de compra do salário mínimo, Eu nem sei se eu citava na exposição a comparação dólar, eu tinha isso, mas eu acho que nós tiramos a evolução era de 58 dólares de janeiro, para a nossa projeção nós trabalhamos uma certa deflação, um certo ajuste aí no câmbio para 146 dólares mas há quem, se utilizar o câmbio de hoje dá mais de 150 dólares, mas a melhor comparação de fato eu acredito que é pelo conceito que o Josué de Castro trabalhou lá atrás. Não é, Barelli? Que é pegar a cesta básica, não é? No poder de compra frente a cesta básica, eu acho que dá uma boa referência. Em relação a qual política permanente nós devemos adotar, eu diria o seguinte, certamente nós não haveremos condições de assumir uma política permanente, um ganho real na proporção que foi o ano passado e na proporção que foi esse ano. Acho que a economia não suportará anos a fio essa projeção, porque num curto espaço de tempo nós estaremos chegando naqueles valores lá, A questão é: Nós precisamos da política permanente primeiro para garantir que cresça o poder de compras, primeiro é isso, segundo: Ter condições de planejamento por parte de todos os atores(F) envolvidos, para que possam planejar isso no tempo, eu acho que isso será certamente um ganho muito importante. Eu quero valorizar aí o papel da Comissão e me colocar inteiramente à disposição, Presidente, da Comissão, para discutirmos, para construirmos conjuntamente e agradecer a atenção e as perguntas aqui dos Senadores e Senadoras, nossos Deputados e Deputadas.

NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, pela ordem, senhor Presidente. Eu gostaria só de além de cumprimentar o ministro, já é conhecido em todo o país pela sua capacidade de articulação, aonde já manda para cá um projeto bem redondo, não é o que a gente queria, mas é que economicamente a gente vê que é ser capaz de ser sustentada. Enfim, não seria uma idéia pessimista de V.Exa. já achar que a partir do ano que vem, não se pode dar um aumento como se deu o ano passado o real e para o ano?

SR. LUIZ MARINHO: Eu não disse que o ano que vem não há condições, o que eu disse é que não há condições de anos a fio manter um aumento dessa proporção, não é? Assim, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2015 manter essa mesma proporção, nós temos que medir no tempo, porque o seguinte: Vamos imaginar você ter uma política permanente que vamos, por exemplo, não estou dizendo que deva ser esta e que será esta proposta. Além da inflação o PIB per capita, ao PIB, ou dois PIBs per captas, ou um e meio, não é? Vamos imaginar que essa seja a política, não significa dizer que ano a ano não tenha que ser avaliado, se há espaço no orçamento para agregar além disso, o que nós, o que eu estou dizendo é que nós não podemos fazer, é garantir que vai ter, por exemplo, 10% de como política permanente além da inflação por 20 anos, isso eu acho que a economia teria dificuldade de suportar ao tempo, não é? Agora, ter a política permanente é importante porque você tem o planejamento mínimo de todos os atores e aí você pode analisar se tem espaço para agregar mais ou não, eu acredito pelo valor que está, nós haveremos de construir nos primeiros anos um adicional ainda maior do que eventualmente uma política permanente dará condição de fazer.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhor Ministro...

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Presidente, só um pouquinho, se possível, desculpa, se não puder, tudo bem, V.Exa. está encerrando.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): V.Exa. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): Mas apenas com base no que o Deputado falou, pelo que eu entendi, talvez, do espaço menor e o depoimento do senador Paulo Paim, mas tenho acompanhado por muito tempo o Ministro Luiz Marinho o trabalho do

senador e com respeito principalmente ao salário mínimo e outros interesses dos menos favorecidos, então, ele tem uma cultura muito profunda sobre a evolução e a discussão desse problema, como V.Exa. tem a sua experiência dentro da atividade sindical, o que eu entendi e achei que a preocupação do Deputado foi correta, mas eu tinha entendido um pouquinho diferente. Pela colocação não era uma progressão do aumento efetivo permanente, mas a garantia do poder de compra, não aumentar o poder de compra, mas garantir o poder de compra que teria uma base mínima, então esta talvez que eu entendi que o senhor apoiou alguma proposta apresentada pelo ministro Luiz Marinho, Porque eu, eu me lembro uma época em que se discutia, aqui eu falei sobre o aumento real que se discute com o Ministro Delfim à época, o Barelli, o Presidente do Sindicato, o Presidente Lula e outros membros da área sindical, da possibilidade de um aumento real que fixasse sempre na renovação X. Então, é realmente difícil estabelecer porque a evolução econômica ela é profundamente amarga durante o período, está aí o nosso relator do orçamento, ele sabe a luta que as vezes as influências financeiras e nem falar em dólar, porque não dá mais para falar nunca, até porque daqui a pouco vão querer diminuir o salário mínimo. Desculpe eu queria agradecer, Presidente. Mas eu queria, eu queria entender direito.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO JACKSON BARRETO (PTB-SE): Senhor Ministro, nós queremos reforçar aqui as propostas do senador Paulo Paim, quando ele coloca aqui a sua preocupação que é uma preocupação também desta Comissão, com a recuperação dos salários dos pensionistas e dos aposentados. Eu acho que essa é uma discussão que nós vamos proceder aqui de forma muito forte, geralmente não se coloca muito bem essa questão dos aposentados e acho que esse é um momento importante, essa Comissão tem também esse objetivo da mesma forma que se discute como seu objetivo fundamental, a política de um salário permanente. Eu quero nesse momento aqui convocar os senhores parlamentares para a próxima reunião da Comissão, no próximo dia 31 de janeiro às 14 horas, onde debateremos com as entidades representativas dos trabalhadores. Informamos que a lista de inscrições será aberta exatamente às 14 horas e será encerrada às 15 horas e 30 minutos. Agradecendo a presença do senhor Ministro e declaro encerrada a 4ª reunião da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo.

Sessão encerrada às 13h58